



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1023/11	DATA: 13/07/2011
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 18h15min	DURAÇÃO: 03h16min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h6min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA – Presidente do Instituto Alfa e Beto.  
CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo e Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim.  
CLÁUDIA COSTIN – Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há palavras ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Encontra-se à disposição dos Srs. Deputados cópia da ata da 16ª reunião, realizada em 06 de junho. Pergunto se há necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)* Leitura dispensada, a pedido do Deputado Eduardo Barbosa.

A ata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Comunico o recebimento de ofício do Deputado Newton Lima, justificando a sua ausência na presente reunião por motivo de saúde. Onde está o ofício, Dra. Terezinha? Depois a senhora, por favor, pegue o ofício do Deputado Newton Lima, porque ele pediu que fosse lido em plenário.

Ofício sem número, de 12/07/2011, do gabinete do Deputado Izalci, justificando sua ausência no dia 29 de junho.

Antes de passar à pauta da reunião de audiência pública de hoje, comunico ao Plenário e a todos que estão aqui presentes que hoje é o aniversário da nossa eficiente Secretária, a Dra. Terezinha *(palmas)*, que responde, sem dúvida, por 99% do sucesso que temos obtido aqui, nas audiências públicas. O um por cento nosso é só vir à reunião; o resto ela resolve tudo.

Esta audiência pública foi objeto de um requerimento aprovado pelo Plenário de autoria do eminente Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte — o Deputado já está aqui? Está lutando para aprovar a LDO —, e do nobre Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Deputado Lelo Coimbra, autor de outro requerimento que nós estamos apensando.

Vamos chamar à Mesa os convidados desta audiência: Sr. João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto, que fará considerações sobre o Plano Nacional de Educação; Dra. Cláudia Costin, Secretária de Educação do Município do Rio de Janeiro, que falará, evidentemente, sobre a sua experiência,



com enfoque na gestão da maior rede municipal da América Latina; e Prof. Cláudio de Moura Castro, Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo e Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Inhotim, que abordará, dentro do PNE, o tema do ensino técnico.

Não há requerimentos a serem apreciados. A nossa audiência crescerá na medida em que for encerrado o depoimento do Dr. Pagot, que está ocorrendo no Plenário 2.

Vamos iniciar os nossos trabalhos passando a palavra, pelo prazo de 25 minutos, ao eminente Dr. João Batista Araujo e Oliveira. S.Sa. quer sentar lá? Vai usar transparências?

Com a palavra o Prof. João Batista Araujo e Oliveira.

**O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA** - Boa tarde a todos. Muito obrigado pelo convite.

O meu objetivo não é trazer contribuições para o aprimoramento do PNE, como é a função desta Comissão, mas lançar ideias alternativas à consideração do PNE. Eu não tenho a ilusão de que o PNE não será aprovado, com mais ou menos emendas. Então, não se trata de entrar por aí. E, para isso, eu gostaria de trazer aqui alguns dados, algumas análises, e me apoiar na figura ilustre do Gandhi, que, diante da compulsão do fazer, optou pelo não fazer. E o meu convite a V.Exas., que têm a compulsão do fazer — já que existe a lei, vamos emendá-la, vamos melhorá-la —, é para fazerem uma reflexão sobre por que não, numa oportunidade, sentar-se, como Gandhi sentou — a violência do ficar sentado —, diante da lei e diante de eventuais inconvenientes que ela pode trazer ou diante de outras coisas talvez mais interessantes. Então, é um convite à resistência pacífica.

Como sabemos o que fazer em educação? Eu não tenho nenhuma bola de cristal, mas, como outros, sei como responder a essa pergunta. Há várias formas de aprender. Uma delas é a história, ou seja, observar o que aconteceu na história dos países que têm sistemas educacionais robustos, quais são os seus resultados e as suas experiências. Hoje, no campo da educação, emprestando o avanço que houve na área de medicina — estava falando com o Deputado Osmar Terra há pouco sobre isso: a medicina evoluiu muito quando começou a se basear em evidências, ou seja, os protocolos clínicos passaram a se basear em evidências —, há uma



corrente forte chamada de Educação Baseada em Evidências, que procura sistematizar e organizar as atividades da educação no âmbito do planejamento e da execução em sala de aula com base em evidências de coisas que funcionam, de acordo com critérios estatísticos. E o outro caminho são as melhores práticas, o *benchmarking*, que é o que fazem as empresas, é o que se faz nessas áreas mais fluidas, nas quais não se têm evidências, mas têm-se exemplos de pessoas que estão mais na frente.

Se examinarmos a história do mundo, dos últimos 200 anos em que começou o sistema da universalização da educação, e a experiência dos países que hoje têm educação de melhor qualidade — a maioria dos países desenvolvidos, os países da OCDE, os países da Europa e alguns países da Ásia —, o que poderemos aprender com eles para refletirmos um pouco, sentados, antes da compulsão do agir diante de uma proposta de lei?

A primeira coisa é que nenhum país desses fez reforma de educação com base em uma lei. A segunda é que nenhum país desenvolvido, nenhum dos países que têm nota boa no PISA, tem recurso amarrado para a educação. Não é pelo fato de eles terem recurso amarrado para a educação que chegaram lá. Nenhum país desses fez as suas grandes reformas de educação, seja os que a fizeram ao longo do tempo, seja os que a fizeram de maneira mais compacta, na metade do século passado, com programas baseados em metas. Agiram muito mais com programas baseados na criação de meios e com instituições que promoveram as reformas. Ou, quando há metas, são coisas muito específicas, como, por exemplo, o programa de leitura, na Inglaterra. Nesse caso, há uma meta específica, com a tecnologia que comprovadamente pode levar ao resultado. Ou você usa metas apenas para efeito de catalisação, como é o caso do *Education For All*, do Banco Mundial e da UNESCO, que é um movimento para suscitar boas vontades, mas claramente não tem levado a nenhum resultado próximo do que as metas idealistas propugnaram.

Deixando de observar o que não há, vejamos o que há de comum na experiência desses países. Primeiro, a clareza. Nas reformas educacionais desses países, se olharmos de frente para trás ou de trás para frente, quer dizer, como eles pensaram e, depois, o que aconteceu, veremos que há muita clareza sobre os papéis dos vários atores. Quem faz o quê e quando? Há continuidade, que é um dos



grandes desafios para se fazer qualquer coisa, sobretudo neste País, que tem uma federação mal resolvida. E, sobretudo, o que há por trás das reformas bem-sucedidas são as instituições. A mais importante delas é a escola, com a clareza dos papéis das pessoas que nela atuam, os padrões de desempenho que dela se esperam, os comportamentos, os insumos básicos, sobretudo os professores e diretores, mecanismos de avaliação e mecanismos de responsabilização.

Quer dizer, o que constitui uma reforma não são leis, decretos, metas e desideratos, mas a criação de instituições com valores adequados, instrumentos e meios para levar a esses resultados.

Voltando ainda à lista do que não há, depois de já ter falado sobre o que há, é raro uma reforma educacional reinventar a roda. Quase todas as reformas, sobretudo as mais intensivas, da década de 60 para cá, de Singapura, da Coreia, da Irlanda e da Finlândia, começaram com uma análise do que deu certo em outros países. Eu vejo muito — como eu estou nessa área há muitos anos — brasileiros que gostam de ir ao exterior e voltam dizendo o que viram de diferente. O que nós procuramos, quando queremos aprender alguma coisa, não é o que é diferente, mas o que é igual na experiência bem-sucedida dos vários países. Em todos esses lugares eles não reinventaram a roda. Eles olham o que existe, fazem as adaptações e tentam implementar as coisas do jeito deles.

Outra experiência importante para nós aprendermos é esse relatório recente feito pela consultora McKinsey, no qual ela lança uma abordagem interessante que já havia sido apresentada há muitos anos, na década de 60 — Cláudio lembra disso pelo (*ininteligível*) —, no sentido de que a etiologia das reformas educacionais mostra que a mesma reforma não serve para todo o mundo. A reforma tem que ser adequada ao nível em que a pessoa está. O relatório da McKinsey diz isso com muita clareza e mostra que o tipo de intervenção que hoje talvez seja bom para a Finlândia necessariamente não é bom para um país que está muito aquém em várias coisas.

Ou seja, se nós quisermos efetivamente contribuir para a reforma da educação de que o Brasil tanto precisa, há métodos e modos de aprender e de fazer que são diametralmente — e eu diria e sublinharia a palavra — opostos a essas ideias que constituem o cerne do PNE.



Entremos um pouquinho na análise de alguns aspectos do PNE, sobretudo na questão do financiamento. Vou citar aqui alguns exemplos. O PNE basicamente traça metas e continua a tendência brasileira de expansão — mais, mais, mais, mais, mais, mais, que é a nossa história desde a década de 60. E esse mais, infelizmente, vem dissociado de qualidade. E, quando o mais é dissociado de qualidade, promove uma inclusão que acaba penalizando aqueles que mais precisam. É a nossa história da desigualdade social, que não mudou muito.

E, quando analisamos o mais, será que mais é melhor? O que aconteceu hoje? E o mais brasileiro, infelizmente... O artigo do Gustavo Loschpe coloca o dedo na ferida.

Infelizmente, a educação no Brasil não é pensada para a criança. Ela é pensada para o provedor da educação: a instituição privada e pública, a universidade federal, os sindicatos dos professores. O aluno não entra no circuito. O *quid bono*, para quem é boa a política pública, não entra.

Vamos pegar aqui o caso do Maranhão do nosso querido Presidente. Houve um aumento de 13 vezes no valor gasto em educação de 2006 para cá, e ela não melhorou sequer um ponto no FUNDEB. Treze vezes é muito dinheiro. E aumentou de uma forma que, hoje, a Secretaria Estadual — não estou citando dados confidenciais; são dados públicos — do Maranhão, que tem 1 bilhão de reais, gasta 1 bilhão de reais com pessoal. Quer dizer, a preocupação exagerada com o lado da equação que é o professor não levou em conta a gestão do sistema, tornando-o viável. Se você colocar mais dinheiro nisso, como se propõe, dificilmente vai levar a algum lugar. Quando você associa isso a outros mecanismos já existentes, como o gatilho do FUNDEB, por exemplo, ou o gatilho do Piso, a economia cresce 3%, 4% e, de repente, no setor, há um crescimento de cerca de 20% a cada ano. Não há economia que agente isso, não há Estado que agente isso. Um dia V.Exas. vão ser Governadores de Estado e vão pagar o preço de terem feito isso. O Estado não aguenta.

Atualmente há, no Brasil, muito mais professores do que precisamos. Por quê? Porque há excesso de alunos por conta do fluxo escolar e há planos de cargos e salários que levam o professor a dar muito menos aulas do que o tamanho de turma. Outro exemplo: o Estado de Santa Catarina tem duas pessoas, cargas



horárias, para cada classe. Ou seja, o professor poderia ganhar o dobro, se houvesse um sistema adequado para a gestão, e não para a corporação. Portanto, é um sistema que pisa no pé.

Agora, se há excesso de alunos, excesso de professores e uma demografia em declínio, as ideias que estão aí são bombas que estouram. Hoje nós estamos pagando o preço do passado, e vamos pagar mais. E, mais, quando penso no inativo, pergunto: como esses Municípios e Estados vão fazer com essa conta? O inativo, na maioria dos lugares, ganha igual ao professor da ativa.

Portanto, se educação é para criança, nós temos que repensar. E precisamos pensar que não é jogando mais dinheiro nessa estrutura que aí está que essas coisas vão se resolver.

Vou dar mais um exemplo. A Bahia tem um plano de cargos e salários, aprovado recentemente, em que o professor 1 ganha 10 vezes menos do que o professor 10. Imaginem isso na carreira de juiz, em que o salário começa com 20 mil. O salário do último seria 200 mil. Não há economia que aguarde esse tipo de boa idéia! É boa ideia demais e conta de menos. Educação tem que ter professor? Tem. Professor tem que ganhar bem? Tem. Agora, as formas que nós usamos no Brasil para fazer isso são ruins para as pessoas — porque acabam não chegando ao bolso delas, já que se diluem antes — e péssimas para o potencial beneficiário da educação.

Dinheiro não é força e qualidade. Peguemos o caso do GDF. O orçamento da educação do GDF, que é pago com subsídio nacional, é de 6 bilhões de reais, quase igual ao orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte, que tem a mesma população do GDF. E o DF não tem 20 pontos a mais no FUNDEB por causa disso. Não é mais dinheiro que vai consertar isso, de jeito nenhum. É preciso mais dinheiro para a educação? Sim, mas jogar mais dinheiro nisso não vai resolver.

O estudo feito pelo Senado sobre essa proposta mostra que, dos 64 bilhões que seriam os 2% a mais do PIB, 27 bilhões vão aumentar o salário das pessoas que estão aí — quer dizer, não vai haver qualquer rendimento a mais — e 15 bilhões vão para as universidades. O resto vai servir para expandir essas coisas, com a qualidade atual, o que não resolve muito.



É isso, essencialmente, que se está propondo: jogar dinheiro bom num negócio que não tem capacidade de dar eficiência ao uso desse dinheiro. E é por isso que nós escrevemos — Cláudio, o Simon e eu — aquele artigo caracterizando isso muito mais como benesse de Papai Noel do que realmente um plano que poderia pensar educação.

Eu tenho por hábito, e sempre tive na minha vida, criticar e contribuir. Eu nunca critico por criticar. Eu critico porque acho que é importante refletir, mas é importante contribuir. Então, eu queria deixar, além da sugestão de sentar e fazer uma resistência pacífica diante dessa lei, ao invés de emendá-la, algumas ideias que esta Casa poderia pensar para a educação, que seriam coisas, a meu ver, importantes para o setor.

A primeira delas é a questão do Pacto Federativo. Este País precisa resolver a questão das responsabilidades do Pacto Federativo. A Cláudia é uma das poucas Secretárias de Educação do Brasil que tem uma rede inteira na mão, pela história do Rio de Janeiro. Mas isso é raro. Ela tem toda a rede pública do Rio de Janeiro na mão. Mas em outro lugar não é assim. V.Exas., Srs. Deputados, que conhecem o cotidiano das Prefeituras, sabem que, quando chega o doente à porta do Prefeito, o Prefeito o coloca na ambulância e o leva para o hospital, sem antes perguntar se ele é um doente estadual ou municipal. Mas, se lhe bate à porta um aluno, ele pergunta: “*Você é da minha rede?*” Quer dizer, ele foi eleito pelo povo para cuidar da educação da cidade. O Governador foi eleito pelo povo para cuidar da educação do Estado, e não da rede.

Então, definir a clareza do Pacto Federativo, que a Lei de Diretrizes e Bases já prevê ensino pré-escolar e fundamental para o Município e ensino médio para o Estado, é o primeiro passo para organizar minimamente esse sistema, dar eficiência ao planejamento da rede escolar no Município ou no Estado, equacionar a questão dos professores e do ano letivo para as famílias, que ficam nesse tumulto de vai para cá, tem férias aqui, tem greve ali etc. Esse é o primeiro ordenamento.

Agora, imaginem que os senhores conseguissem ordenar o Pacto Federativo e dissessem o seguinte: “*Bom, existe o Pacto Federativo, e nós temos hoje 110% de alunos de 7 a 14 anos na escola, ou seja, temos esses e muito mais; 85% dos alunos de pré-escola na pré-escola; e mais vagas no ensino médio do que jovens de*





15 a 17 anos. Ou seja, não temos problemas de vagas; temos mais professores do que precisamos." Se o Pacto Federativo fosse resolvido por uma lei desta Casa, nós poderíamos simplesmente acabar com o FUNDEB: os recursos seriam divididos pelo número de habitantes, porque assim o Prefeito, o Secretário e o Governador teriam incentivos para não haver mais repetentes no sistema. É mais simples. Não precisa haver essa confusão toda de dar 10% mais para isso, 20% para aquilo e 30% para menor, ou para educação em tempo integral. Acaba-se com essa brincadeira. É muito mais simples. Assim, você dá eficiência ao sistema, economiza dinheiro e usa bem o dinheiro, ao invés de jogar mais dinheiro bom dentro desse saco sem fundo. São medidas simples e racionais, que eu sei que são difíceis de aprovar, e que poderiam melhorar muito a educação.

A outra questão — e apelo para o seu senso de futuro Prefeito ou futuro Governador — é revogar o gatilho do Piso. Isso é um mal para a sociedade. Tem que pagar bem o professor? Sim! Agora, vamos procurar formas que sejam viáveis para a sociedade.

Terceiro, que é uma coisa importante do financiamento, o ensino médio — e o Cláudio deve falar sobre isso. No ensino médio há o acadêmico e o profissional. Tem que regular essa coisa, tem que voltar a criar o sistema profissional em todo o País, com 30%, 40%, 50%. Tem que envolver o Sistema S efetivamente nisso aí, para não ficar essa bagunça: educação geral, não sei o quê. Isso não vai a lugar nenhum.

Exame de professores é para existir? Então, é para ser sério! O professor tem que saber o conteúdo que vai ensinar. Isso é uma contribuição importante, essencial para a educação!

Eventualmente, ao invés de fazer essas coisas por lei ou pelo balcão do MEC, uma ideia interessante, talvez para um Deputado que queira inovar, seria trazer aquela velha ideia do final da Segunda Guerra e fazer um Plano Marshall — olha aqui, vamos fazer um Plano Marshall para a educação. Pega o BNDES para, em vez de financiar o Abílio Diniz, financiar um projeto com o Estado que queira fazer a municipalização. Você apresenta as regras, e aquele Estado que apresentar um programa adequado vai ganhar o dinheiro para viabilizar um programa de municipalização com qualidade, com eficiência, etc. Ou um Estado que queira fazer



um programa de ensino médio profissional diversificado, como é no mundo inteiro. Então, ter aqui empresas. Ao invés de algum sábio, em algum gabinete de Brasília, dizer como deve ser, você estabelece os critérios, abre a burra e vai desembolsando, na medida em que aquilo for funcionando.

Outra coisa importante a ser feita é um programa — o Osmar Terra está aqui, que é o mais qualificado para falar — para a primeira infância, que não tem nada a ver com creche. Vejam o que o Conselho Nacional de Educação acaba de fazer com a creche: diz que creche é escola e só pode funcionar 200 dias por ano. Não pode! Não se pode deixar. A primeira infância é algo muito sério para ficar na mão do MEC. É preciso criar uma política nacional de primeira infância para cuidar dessas crianças que vêm por aí, da sua saúde, da sua nutrição, do cuidado da mãe, do cuidado dela, institucional, etc. Essa é uma área que está vazia e que precisava de investimento. E um investimento aí, segundo os economistas, em especial segundo Heckman, Prêmio Nobel por causa disso, é muito mais produtivo do que qualquer outro investimento em capital físico ou humano. Por que não investir nessas coisas, ao invés de se jogar dinheiro bom em coisas que não funcionam?

Invistamos em coisas pequenas. Por exemplo, por que não um Plano Marshall para um Estado, que, como se tentou fazer no Rio Grande do Sul e em alguns outros, diz que a criança que entra no primeiro ano do ensino fundamental tem que estar alfabetizada? É igualzinho na escola privada! Não existe razão para ser diferente na escola pública! E no oitavo ano ela tem que saber tudo o que cai no PISA. Por que não criar um Plano Marshall? E deixa o Município, o Estado, a rede dizerem como vão fazer. É preciso criar estímulos, ao invés de regras, camisadas-força e planos economicamente inviáveis, voltados unicamente para um ator do sistema.

É há essa ênfase que o Brasil dá ao professor, ao professor, ao professor. É claro que o professor é importante. Quer dizer, tem de haver unidade no trabalho educação-escola. E, dentro da escola, o fundamental é o professor. Mas o professor só não basta. Há estudos muito interessantes que nós precisávamos levar em consideração. Hoje se fala muito, é muita moda falar em incentivar o professor, em dar-lhe recompensa. Aí há o choque de gestão: então tem que produzir mais, etc. Isso é muito popular. Ideia ruim pega rápido.



Há uns estudos muito interessantes que mostram o seguinte: você pega o mesmo professor e o avalia, em função do resultado do aluno, durante vários anos seguidos. A variância do resultado, quer dizer, a oscilação do resultado, é maior do que 50%. É igual àquele rádio que hora funciona, hora não funciona. Então, é absolutamente... Você jamais teria um rádio desses numa época de Copa. Então, essa medida é extremamente flutuante. Um negócio que apresenta 50% de variância não é bom. Por que há essa variância? Aí, eles vão estudar por que há essa variância. O professor é bom ou não é bom.

Aí, você pega, por exemplo, o *Teach for America*, um dos programas que agora o Brasil está trazendo. Você pega os melhores caras das universidades, cria um sistema difícilíssimo para entrar, pega aqueles gênios, e diz a eles: "*Agora você vai ganhar mal por 2 anos, sacrificar a sua vida para ser professor, como se fosse um (ininteligível) renovado.*" Depois, avalia-se o resultado desse cara, comparando-o com o do professor médio, e observa-se que é igual, não faz diferença.

Os caras estão pesquisando, estão querendo saber por que acontece isso. Vamos ver. E parece que há duas explicações robustas: uma delas é a composição de sala de aula. Quer dizer, o mesmo professor bom, que está num ambiente também bom, no outro ano tem um problema sério, como um aluno que ele não consegue disciplinar, ou isso, ou aquilo. Por conta disso, ele não consegue o mesmo desempenho. E a outra explicação reflete um problema mais sério, que é a questão de gestão, da consistência. E é o típico problema que explica grande parte do desempenho diferencial da escola particular. Quando se está num sistema consistente — alguns dos senhores aqui certamente estiveram num Colégio Salesiano, num Colégio Marista, num colégio isso ou aquilo —, há consistência disciplinar e pedagógica, de modo que o professor do segundo ano ensina fração igual ao do terceiro. Quando se entra numa escola que não tem organização, como é típico da escola pública brasileira, num ano tem-se um professor que tem seu método, sua decisão, escolheu seu livro sozinho, e, em outro, estuda-se com um professor que faz outra coisa... O professor que pega alunos educados nesse contexto, ainda que seja muito bom, não tem condição de ajudá-los.

Então, se queremos dar eficácia ao professor, não precisamos apenas pagar a ele mais dinheiro; temos que criar sistemas que permitam que a escola funcione



como organização inteligente, como organização capaz de fazer as coisas. Sempre é assim: o que resolve as coisas e funciona não são as ideias grandes e eloquentes, mas as coisas simples, o trivial variado bem feito.

No meu modo de ver e no modo de ver dos consignatários do artigo que fizemos, o PNE não só não contribui para isso como vai retardar a consecução desses objetivos, por perpetuar no Brasil essas idéias de que mais é sinônimo é melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Prof. João Batista Oliveira.

O próximo palestrante é o Professor Claudio de Moura Castro. Ele vai usar transparência, e por isso peço à Secretária, Dra. Terezinha, que autorize o apagar das luzes, para facilitar. Está bom assim, Sr. Cláudio, ou apagamos mais?

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Apaga mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Apaga mais, por favor. Pronto.

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Boa tarde.

Vamos lá. Eu vou falar sobre as dificuldades que existem em entender ensino técnico, ensino profissional e essa coisa toda, e, ao mesmo tempo, sobre a importância disso.

Primeira coisa: aprender um ofício é coisa séria. Não é um assunto trivial e não é um assunto menor, porque tem a ver com a produtividade da economia.

Como há pessoas mais atrás, eu vou ler:

*“Uma máquina cara realiza um trabalho extraordinário, trazendo retornos econômicos. Um homem educado à custa de muito trabalho e tempo pode ser comparado a uma dessas máquinas tão caras, mas o trabalho que ele aprende a realizar cobrirá todos os custos da sua educação.” (Adam Smith)*

Em 1770 e qualquer coisa, o economista Adam Smith publicou o livro *A Riqueza das Nações*.

**A SRA. CLÁUDIA COSTIN** - Em 1776.



**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Em 1776. Exatamente. Então, isso não é novidade.

Formação profissional é investimento, igualzinho a equipamento, igualzinho a máquina, igualzinho a tecnologia, igualzinho a pesquisa de desenvolvimento, e tem que ser tratada como investimento para a produtividade. Há a tentativa de se tratar investimento como política social: gasta-se o dinheiro e não se chega a lugar algum. É um desastre. Formação profissional é um investimento.

Agora, outra pequena frase bacana:

*“Um excelente bombeiro é infinitamente mais admirável que um filósofo incompetente. Uma sociedade que despreza a excelência nos bombeiros, por ser uma ocupação humilde, e admite mediocridade nos filósofos, por ser uma atividade glorificada, nem terá bons bombeiros e nem boa filosofia. Nem os canos conterão a água e nem a filosofia, as críticas.” (J. Gardner)*

Muito bem. Perguntinha: em quantos países bem-sucedidos falta uma excelente formação profissional? Zero. Todos a têm.

Bom, agora vamos começar das ideias básicas. Ofício se aprende fazendo. Acho que isso é uma aula na Sorbonne. Não é assim que se aprende ofício. As corporações de ofício francesas, que são medievais, têm uma frase muito interessante: *"O conhecimento mora na cabeça, mas entra pelas mãos."* Diz muito.

David Perkins, professor de Harvard, tem um livro muito interessante chamado *Smart Schools*. Talvez a ideia mais importante que ele tenha no livro é "aprender é aplicar". O professor dá aula e acha que o aluno entendeu; o aluno se senta na aula, acha que aprendeu, mas, quando vai aplicar, descobre que não aprendeu. Só depois de aplicar é que ele aprende. Aí ele diz: *"Ah! Agora eu entendi"*. Então, um ensino que não aplica é um ensino que ninguém entende.

No nosso ensino não se pratica a teoria, apenas se ouve falar da prática. Eu estava, por um acaso, fazendo escalada dessas em parede interna com um menino. E eu notei um ligeiro sotaque francês e perguntei a ele: *"Você..." "Não! Sou francês, estudo no Ponts et Chaussées, em Paris, e estou fazendo sanduíche na UFMG, de Engenharia de Produção, um dos melhores cursos de Engenharia de Produção do*



Brasil." Eu perguntei: "Qual é a diferença entre *Ponts et Chaussées* e UFMG, na Engenharia de Produção? Ele disse: "Não se pode comparar. Na França, eu estudo a teoria e a aplico; no Brasil eu estudo a teoria, e não a aplico. Aí eu tenho que decorar". É o epitáfio da nossa educação.

Não se aprende siderurgia vendo imagens de altos-fornos. Quem quer aprender siderurgia tem que ver o bafo e umas fagulhinhas que vêm assim, que queimam e deixam um buraquinho na roupa. Ou seja, tem que aplicar o que foi aprendido, tem que ir lá, tem que mexer, tem que sentir.

Sir William Osler é um canadense, um dos maiores revolucionários no estudos de Medicina nos Estados Unidos. E ele diz: "Estudar uma doença sem livros é navegar em um mar desconhecido, mas estudar nos livros sem um paciente é como não sair do porto". É isto: a aplicação, a prática.

Então, aplicar é usar o aprendido. Lição: como matar uma cobra. Aplicação: matar a cobra. Simples, só que nós não praticamos isso. Eu usei esse mesmo exemplo, e os ambientalistas não gostaram, não. Disseram que não é para matar a cobra, não. (Risos.)

Agora, onde se aprende um ofício? Aí nós entramos nos grandes mistérios das palavras que se confundem. Primeiro: o que é médio diversificado? O que é médio profissionalizante? O que é ensino técnico? O que é ensino profissionalizante? Vamos ver isso, porque dá confusão.

Primeira coisa: médio diversificado. É o clássico, o científico, o comercial e o normal. Era assim. Isso é médio diversificado. Não é profissionalizante, é ênfase em algum ramo acadêmico em que o aluno possa estar mais interessado. Quer dizer, se eu estou mais interessado nas humanidades, eu vou para as humanidades; ou para as naturais, ou para o que seja. Por exemplo, seriam humanidades, ciências naturais, biológicas, comerciais, etc. O PNE recomenda essa diversificação, mas ela é impossível com as 15 disciplinas obrigatórias que existem. Então, é brincadeira.

O médio profissionalizante é uma profissionalização no médio, ou o que quer que seja. Não é nem boi, nem vaca, porque as escolas esnobam a profissão, as escolas têm preconceito.

Essa experiência americana com as *comprehensive high schools*, que cada vez mais se revelam não eficazes, está sendo abandonada completamente.



Quando o Banco Mundial fez um estudo sobre formação profissional perguntando o que dá certo e o que não dá certo, o pior modelo foi o do médio profissionalizante, que era exatamente o modelo que o Banco Mundial estava propondo aos países. Foi, portanto, uma pesquisa insuspeita, que acabou com a própria política do Banco.

O que é ensino técnico? É alguma coisa que tem um significado legal; é o médio mais mil horas de algum tipo de profissionalização; é pesado demais quando é oferecido concomitantemente, porque o médio já é absurdamente carregado, e falha quando a escola é acadêmica e não tem uma definição, não tem um *ethos*, não tem uma alma definida. É uma misturada, mas funciona bem no pós-médio.

Ensino profissionalizante é qualquer coisa. Essa palavra não significa absolutamente nada, vai de engraxar sapato a engenharia de reatores nucleares, passando por cansador de macaco, que é uma profissão da *Classificação Brasileira de Ocupações*. Não me perguntem o que é exatamente; é um termo genérico. Portanto, é um termo que diz nada ou diz tudo.

Muito bem, como chegamos a um ofício? Empresa, SENAI ou equivalente, médio vocacional, técnico, tecnólogo e educação permanente. Vamos ver um por um.

Na empresa, primeira coisa: na fábrica se aprende, aliás, na fábrica se aprende muito, mas há certas coisas que não se aprendem na fábrica. O macaco aprende imitando, e gente também aprende imitando. Então, há uma dimensão muito grande no aprender olhando, aprender imitando. Isso funciona muito bem na fábrica. Aprende-se exatamente o que é preciso. Não há desperdício. Ninguém ensina o que não vai ser usado. Não há erro de pontaria. Não há oferta de treinamento dentro da fábrica sem haver demanda, porque é burrice. Mas a fábrica é pobre de teoria. Então, nas ocupações que precisam de teoria, é deficiente.

A lógica da fábrica não é do aprender. No aprender você começa do simples e vai para o complicado, e na fábrica você tem que montar a caixa de marcha. Não existe uma caixa de marcha mais simples para você aprender a montar. Então, isso dificulta um pouco.

Só se aprende certo com quem sabe fazer certo. Essa é uma fotografia do Líbano, de instalações elétricas no Líbano, em Beirute. Não se aprende eletricidade



com quem fez essa instalação. Então, é preciso que a fábrica tenha oficiais de primeira grandeza para ensinar o ofício corretamente.

O número de aprendizes é limitado. Não se pode encher a fábrica de aprendizes porque a congestionada. Não é uma estratégia para trazer tecnologia. É a tecnologia da fábrica reproduzida, mas com todos os méritos, com todas as vantagens de aprender fazendo, de aprender na fábrica. A legislação brasileira matou a aprendizagem — matou bravo. É a morte da aprendizagem.

Outro dia, ontem, eu estava escalando na minha academia, onde estava a filha de um amigo meu, de 15 anos. É craque, muito melhor do que eu, mas, se ela for a uma fábrica, não poderá subir numa escadinha desse tamanho. É proibido, é perigoso. Outros com menos de 18 anos estão lá malhando, levantando peso. Na fábrica não podem fazer isso.

Menor não pode estar em recinto em que exista máquina, a não ser que a máquina esteja lacrada. Ou seja, o aprendiz de 16 anos da Volkswagen está lá na fábrica, na linha de montagem; o suposto aprendiz da Volkswagen no ABC está na rua, porque não pode ser aprendiz, já que a linha de montagem está andando, não está lacrada. A empresa paga duas vezes, e o aprendiz não trabalha. Ela paga a contribuição do SENAI e o salário do aprendiz, mas o aprendiz não pode nem ir lá para trabalhar. Está sendo oferecido um péssimo negócio à empresa, que não ganha nada.

O que acontece na Alemanha, que tem 600 mil aprendizes, um país que tem um terço da população do Brasil? As empresas têm vantagens em receber o aprendiz. Elas têm a contrapartida, mas têm vantagens. No Brasil mataram esse troço.

Bom, agora vamos para o SENAI rapidamente, porque esse não é o objeto aqui, mas é mais bem entendido. Há diferença entre o profissional e o acadêmico. A aplicação do ensino acadêmico é para entender a teoria. No ensino da profissão, a teoria é para entender a prática. Então, embora hoje os ensinamentos possam ser muito parecidos, o ponto de partida é diferente. O centro de gravidade do processo é diferente.

Se a formação profissional não está próxima da empresa, se ela não tem afinidade com a empresa, se as pessoas não sentem o ambiente de empresa, não





há uma formação profissional correta. O que há é um simulacro, uma falsidade ideológica.

Muito bem, o SENAI é um modelo. Eu trabalhei alguns anos na OIT. Sempre que se fala de países bem-sucedidos em formação profissional, o exemplo número um era o Brasil e Cingapura, só que Cingapura não é mais terceiro mundo. Então, ficou o Brasil como único país de terceiro mundo que tem um sistema bem-sucedido.

O empresariado paga a conta e emprega o graduado. Então, nós temos aqui um circuito de *feedback* muito eficiente: quem paga a conta não quer ver esse dinheiro desperdiçado, mas as federações de indústria politizadas, incompetentes, frouxas não cobram do SENAI — aí o SENAI é fraco. Esse é o outro lado da medalha. O SENAI funciona muito bem quando a federação cobra, porque o dono do SENAI é a federação. Então, quando o dono não cobra ou cobra errado, o SENAI é ruim.

O Sistema S obviamente não resolve tudo. Vou passar adiante porque esse não é o nosso foco.

Médio vocacional: esse é um grande enguiço. A arquitetura está errada. Vamos olhar o mundo. A Europa tem o primário — 10 anos. Depois vem aprendizagem, que pega mais ou menos dois terços da faixa etária e que leva ao mercado de trabalho. Depois vem a Hauptschule e a Realschule, que são versões atenuadas de um ensino médio acadêmico, que leva ao tecnólogo ou para outras profissões desse tipo. Depois tem o Gymnasium, que é muito mais difícil, muito mais exigente do ponto de vista de abstração, e que leva à universidade. Esse é o modelo europeu: uma escola para cada perfil de aluno, uma escola para cada tipo de emprego futuro.

Os Estados Unidos correspondem a um outro modelo: 8 anos de secundário e depois vem uma *high school* única para todo mundo, ao contrário da Europa que tem vários tipos de *high school*. Nos Estados Unidos é uma só. Só que, dentro dessa *high school*, há percursos diferentes. Dificilmente um aluno tem o mesmo percurso do outro. O aluno vai mais para isso, mais para aquilo, mais para não sei o quê. Ele tem muitas opções dentro dessa escola.



Na Europa, escolhe-se a escola. Escolhida a escola, é isso é pronto. Nos Estados Unidos, não há escolha da escola, mas, depois de entrar nela, há muitas opções de cursos.

No Brasil, há o ensino primário — eu estou usando o termo equivalente da Europa — e, depois, o secundário único, sem opcionais. Então, a pessoa ou vai para o trabalho, ou vai para o tecnólogo, ou vai para a universidade rigorosamente com o mesmo programa, com as mesmas disciplinas. Ora, esse é um sistema único no mundo. Eu nunca ouvi falar de nenhum outro país que não dê opções de escolas diferenciadas, como havia no tempo de científico e do clássico, e não dê opções de disciplinas dentro do programa. Então, se só existe no Brasil e não é jabuticaba, é pouco provável que seja tão bom assim. Ou só Brasil está certo, e todo o mundo está errado; ou o Brasil está errado, e o mundo está certo.

Mas os tijolos do ensino médio também estão bichados. Eu estou falando do ensino médio porque é nele que vai se encaixar o resto.

Há matéria demais. Ouve-se falar de tudo, e não se aprende nada. Muito número e pouca prática, muita abstração e pouca prática. E o que diz o meu grande guru Whitehead? *"O que for ensinado que seja estudado em profundidade."* Isso é exatamente o que fazem as nossas escolas porque têm matéria demais. Não é?

Quanto a profissionalizar o médio, repito, nenhum outro tipo de profissionalização é tão vulnerável. São mil horas de currículo em cima de um currículo já congestionado. Eu estou repetindo um pouco, mas esse ponto é fundamental.

A escola acadêmica que não gosta das atividades profissionalizantes tem preconceito.

Carreira docente *versus* experiência prática: em muitas carreiras é impossível achar alguém que tenha diploma. Ou seja, o conjunto de quem sabe fazer e quem tem diploma é um conjunto vazio. Então, na medida em que a carreira docente exige diploma, a escola está condenada a ter gente que não sabe nada da área profissional.

O PNE não define isso. Não sabemos muito bem o que ele vai fazer daí, é muito ambíguo.



No fundo, diversificar é criar alternativas acadêmicas, e não profissionalizantes.

Vamos ao técnico. O técnico é um pouco uma no cravo, uma na ferradura. São poucas as escolas técnicas, da ordem de 10%, e elas são frágeis. E tende a haver um desencontro entre o que os alunos querem, entre o que o mercado contrata e o que as escolas oferecem.

Técnico integrado: são mais mil horas. E ele vai ser frequentado por um aluno mais modesto. Eu acho que o Brasil é o único país do mundo onde o pobre tem que frequentar mil horas a mais do que o rico, considerando que o aluno do técnico é um aluno bem mais pobre. E é uma escola muito longe do mundo da empresa.

Se correr o bicho pega. Na década de 60 o Brasil disse: *"Vamos fazer a melhor escola técnica do mundo, excelente no acadêmico e excelente no profissional"*. E aí o que aconteceu? Ela é grátis, e a elite viu que aquilo era uma barbada: vai para a melhor escola que existe e não paga nada. Começou o vestibulinho. Resultado: os alunos vão para o técnico porque querem apenas um secundário, apenas um curso médio de qualidade. Eu encontrei com uma moça, que me disse: *"Eu me formei em máquinas e motores. Vou fazer vestibular para Direito."* Essa é a saga da nossa escola técnica. É o pior dos mundos: os alunos mais modestos, que gostariam do curso profissionalizante, não conseguem entrar, e os ricos vão fazer o curso para poder fazer vestibular para Direito.

Em 1995, separam-se os dois. O SENAI gostou, Paula Souza gostou, os privados gostaram. O que foi observado imediatamente? Uma queda no nível social dos alunos. Por quê? Porque, em vez de ser as classes A e B frequentando um curso de máquinas e motores, em que não tinham nenhum interesse, porque vinha junto com o acadêmico, passaram a vir pessoas que estavam interessadas em máquinas e motores, portanto de classe social bem mais baixa. É um sucesso. Esse é o maior indicador de sucesso.

Só que Escola Técnica Federal não gosta de pobre. Ela quer ser a Amity. Toda escola técnica federal, todo CEFET quer ser a Amity, quer receber alunos de elite. Aí deu uma encrenca danada.

O técnico privado cresce muito hoje, mas há pouco investimento em materiais e professores. A CAPES completou 60 anos anteontem. São 60 anos preparando



professor para o ensino superior. Quem prepara professor para o ensino técnico? Rigorosamente, ninguém.

O PRONATEC é uma ideia muito boa, que temos que apoiar, mas ela tem ambiguidades no negócio do PROMÉDIO, porque não deixa ser privado com fins de lucro, não permite reciclagem mais longa, não pode cobrar e não exige que os cursos estejam bem direcionados para o mercado. Então, o PRONATEC é uma excelente ideia, mas precisa de alguns aperfeiçoamentos, o que eu espero que esta Casa seja capaz de oferecer.

Muito bem, o tecnólogo. O Brasil carrega a lanterna do tecnólogo. Nos Estados Unidos, de cada três formados, dois fazem a Social Work Degree, de dois anos; na Europa, mais da metade, em cursos curtos, que podem ser de dois, três ou três anos e meio. Nos Estados Unidos, em 1950, 20% da força de trabalho precisava de bacharelado; 15% precisava mais de *high school* e menos do bacharelado. Hoje, 20% da força de trabalho precisa de bacharelado, e 65% precisa desse intermediário entre *high school* e o bacharelado de quatro anos.

Então, será que o Brasil é tão diferente que só tem 10%? E 10% está bom? Quase nada entre o médio e o bacharelado — essa é a nossa realidade —, o bacharelado e o tecnólogo (a proporção é mais ou menos essa), enquanto que Chile, Venezuela e Argentina já têm mais ou menos um terço no tecnólogo, que é um número mais expressivo.

Há perigos no tecnólogo. O primeiro perigo é a burocracia do MEC; o segundo perigo é a desvalorização de diploma, se esses cursos forem oferecidos sem qualidade; o terceiro perigo é a guerra de *status* — *status* mais alto, *status* mais baixo — e os cursos serem desvalorizados pelas corporações de ofício, sobretudo, que protegem o bacharelado de quatro anos. E o PNE não descobriu que tecnólogo existe.

Muito bem, educação permanente — estou acabando. Formou-se? Formou-se. Acabou de estudar? Não. Estes dois senhores, de quem já ouvimos falar, o Sr. Hilliard e o Sr. Baker, disseram: “*Se acha que a sua educação está terminada, você está errado. Pior: quem está terminado é você*”. Quantas empresas de primeira linha não têm zelo obsessivo pela educação dos seus quadros? Zero. Não há empresa de primeira linha que não tenha um grande programa de formação. Então, tem-se que



voltar a aprender, tem-se que aprender muitas vezes, e a educação é para a vida. Mas o PRONATEC, novamente, é ambíguo com relação a isso, precisa de uns ajustes, em que pese ser um programa, a meu ver, muito bom.

Para terminar, o grande pecado da formação profissional. Ninguém pode falar em formação profissional sem falar no grande pecado — está aqui São Tomás de Aquino condenando os pecadores —, que é a oferta desgarrada da demanda, quando se produz sem ter em vista uma demanda. Educação formal não tem esse problema: quanto mais, melhor; quanto melhor a qualidade, melhor. Há mais informação profissional. Ou o mercado está lá para absorver o graduado, ou é uma grande perda de tempo.

Quais são as curas? Acompanhar os egressos; haver boa definição do que precisa ser ensinado. E alguém tem que levar palmada se o graduado não conseguir emprego depois, se errou a pontaria. E os empregadores têm que ter voz — têm que ter muita voz — nessa definição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Prof. Claudio de Moura Castro.

Encerrando a parte das exposições, a próxima oradora a usar a palavra é a Profa. Claudia Costin, Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro. É a maior rede da América Latina, não?

**A SRA. CLAUDIA COSTIN** - É verdade.

Boa tarde a todos e a todas. Eu quero agradecer o gentil convite, Sr. Presidente, meus colegas presentes.

O meu olhar vai ser um pouco diferente do que foi apresentado — é o desafio. Eu vou apresentar um pouco da perspectiva do desafio da gestão dessa rede, que vai da creche até o nono ano. Quer dizer, todas as escolas de primeiro a nono ano, na cidade do Rio de Janeiro, são municipais. Existe uma divisão clara, como foi dito aqui, no Rio de Janeiro. O Estado fica com o ensino médio. As redes estadual e municipal são muito diferentes. As creches também estão conosco, como já foi apontado.

Então, eu vou olhar o PNE e a proposta — eu não trouxe transparências — a partir da lógica da gestão dessa rede, que conta com 38 mil professores, 1.065



escolas de ensino fundamental, cerca de 300 creches públicas e 189 conveniadas. Quer dizer, nós estamos falando de um universo desse tipo, que não é um universo usual na administração municipal e que, por ser tão grande, apresenta desafios de todos os tipos.

O primeiro desafio, e o mais importante, é o da aprendizagem. Por anos a fio, no Brasil... Eu acompanho a educação brasileira há cerca de 12 anos, quer dizer, pouco antes de divulgarem os resultados do PISA de 2000. Acho que foi muito oportuno o Brasil ter participado, em 2000, e continuar participando desse programa, esse teste internacional de qualidade da educação, que é aplicado para jovens de 15 anos de escolas públicas e privadas em 65 países e de que o Brasil participa voluntariamente.

A partir da participação do Brasil no PISA, um sinal de alerta acendeu em todo mundo que se preocupa com seriedade com a educação: o Brasil tirou os últimos lugares no PISA no ano de 2000. E curiosamente — o Claudio de Moura Castro sabe disso —, se segmentarmos por classe social, não foram só os oriundos de escolas públicas brasileiras que se saíram mal. Os jovens da elite do Brasil ficaram, no ano de 2000, no último lugar entre os jovens da elite do mundo, entre os que participaram do PISA. Quer dizer, o mito de que a escola pública brasileira era muito ruim, mas a escola privada era excelente também caiu por terra. Isso se deve a toda uma questão de saber enciclopédico em detrimento de profundidade, a que o Claudio de Moura Castro vem fazendo menção ao longo dos anos.

No caso da escola pública, há uma série de motivos que levam a isso, e eles estão muito visíveis no Rio. O Brasil, em 1930, tinha 21,5% das crianças em idade escolar na escola. Só para termos algum parâmetro de comparação, o Chile tinha 73%, e a Argentina, 62% — 21,5% contra 73%, para alcançar o Chile.

O que aconteceu nos últimos anos? Vamos considerar o ano de 1997 — e para celebrarmos a memória do Paulo Renato, que foi desta Casa e nos deixou há pouco tempo —, quando o Brasil conseguiu universalizar o acesso ao ensino fundamental. Só que a escola pública estava especializada — e isso é muito visível pelas pesquisas e pelo o que se constata — em ensino para filhos de letrados. Ensinar toda a população é uma outra coisa. Eu não estou, com isso, defendendo



que o ensino deva ser diferente se for para pobre ou para rico, mas é importante que atentemos para isso.

Portanto, há algo a comemorar. A primeira coisa a comemorar é que a luz amarela acendeu, e as pessoas começaram a discutir o que mais interessa em educação. O que mais interessa em educação é o aprendizado das crianças: afinal de contas, as crianças estão aprendendo ou não? Não interessa se a escola tem a banda mais bonita, se tem piscina ou um prédio diferenciado. O que interessa, no fim das contas, é se as crianças estão aprendendo mais.

A partir deste momento, começamos a discutir, cada vez mais, o que fazer para as crianças aprenderem. Receitas equivocadas foram adotadas, sem dúvida. Mas existe, deste então, um esforço importante, que não pode ser desprezado; desculpem-me adotar um tom mais otimista do que o dos meus antecessores na Mesa. O fato é que existe um esforço persistente, contínuo, para melhorar a aprendizagem — isso é visível. Basta olharmos os dados do PISA de 2009 que foram divulgados no ano passado, que mostram, sim, que ainda estamos devagar — estamos no 53º lugar em uma série de coisas —, mas já é um salto. É o terceiro maior salto. Somos o terceiro País que mais evoluiu. Isso quer dizer que nós já temos o que comemorar? Não. Mas significa que esforços se acumularam na direção correta. Olhando minha rede, eu não deixo de perceber que hoje os esforços se unem na direção do aprendizado.

O envio do PNE é algo positivo? Foi positivo o primeiro PNE, e é positivo o segundo PNE, a despeito de desacertos que precisam ser levantados. Nesse sentido, eu comemoro o fato de colocarem o IDEB, sim, como um dos artigos do PNE, porque as escolas precisam saber se estão avançando ou não.

A título de exemplificação, cito a cidade de São Paulo. Eu acompanhei os dados do IDEB de 2005 referentes à cidade de São Paulo — eu vivia lá naquela ocasião — e constatei que uma escola que tinha aula de música com flauta importada, uma relação de alunos por classe, por turma pequena, num bairro de classe média, foi a última colocada na Prova Brasil. As crianças tinham horta orgânica, passeios para museus, mas não aprendiam. De resto, tudo acontecia naquela escola.



Ter o IDEB de escola a escola, ter a possibilidade de saber, em cada escola, em que resulta o esforço de toda a equipe escolar é fantástico. E não me venham dizer que isso é penalizar as escolas mais pobrezinhas, porque a melhor escola do Rio de Janeiro fica na Favela do Rola, onde em 2010 houve conflitos no ano inteiro, mas que há uma gestora fantástica e uma equipe escolar maravilhosa. É mais difícil? Existem fatores externos à escola? Sem dúvida. Mas foi a grande chance de aquela escola mostrar que conseguiu um ensino diferenciado.

O IDEB não existe para penalizar a escola, mas sim para evidenciar esforços de equipes escolares. Isso é fundamental. Trata-se de um instrumento fantástico na mão de um gestor ou de um professor para entender em que tipo de escola ele está entrando e o que é necessário fazer. No nosso caso — eu sugiro que isso seja um aperfeiçoamento da Prova Brasil —, temos o resultado não só de escola a escola, na Prova Rio, uma avaliação externa, mas de criança a criança. Com isso, nós conseguimos organizar um reforço escolar muito mais preciso, porque escola que não exclui é escola em que os alunos com mais dificuldades não se tornam invisíveis. Infelizmente, os alunos visíveis são ou os bons alunos, ou os indisciplinados, que não são necessariamente os piores. Existem alunos que não estão aprendendo, e, se não há uma avaliação benfeita, não saberemos quem são as crianças que merecem atenção melhor.

Deixem-me ponderar alguns aspectos importantes sobre a gestão de uma rede com essa complexidade. A rede carioca, quando eu fui convidada a assumir um desafio tão grande como este — confesso que não queria aceitá-lo, porque surgiu uma situação complicada para eu poder mudar de cidade —, mas foi justamente esse desafio imenso que me cativou. Quem me conhece sabe disso. A primeira coisa que fizemos foi o básico. Vamos fazer um diagnóstico, antes mesmo de assumir o cargo.

Pudemos constatar alguns pontos. Embora o IDEB do Rio de Janeiro estivesse melhorando, a aprendizagem não melhorava. O IDEB estava melhorando artificialmente, o que só é possível a curto prazo, em face da progressão continuada, ou seja, por dados de fluxo e não de aprendizagem. Esta foi a primeira constatação a que chegamos.





A segunda constatação é que havia grande disparidade na aprendizagem entre as várias escolas, o que colocava um desafio de equidade. Aqui faço um breve comentário: o Relatório McKinsey, a que fez menção João Batista, diz, em resumo, que há tarefas diferentes para redes em diferentes estágios do seu desenvolvimento. A tarefa que hoje cabe a Xangai, que tirou o primeiro lugar no PISA, não é a mesma que deveria caber a nós. A tarefa que cabe à Irlanda, que, com todas as dificuldades econômicas que vive ainda é boa em educação, não é a mesma que nos cabe.

Redes que estão em nosso estágio de desenvolvimento têm de olhar, de forma criteriosa, para alguns pontos, tais como: adotar um currículo claro; vamos fazer o básico bem feito, porque ainda não o estamos fazendo no País. É preciso um currículo claro.

A tese que defendo é que deveríamos ter um currículo — sem termos a vergonha de usar o nome currículo — nacional claro, porque a criança que mora no Acre tem o mesmo direito de aprender frações — evidentemente estou dando um exemplo que, provavelmente, todos consideram — que tem a criança que vive no Rio Grande do Sul. Isso, porém, tem de acontecer na mesma etapa porque, do contrário, acabamos proibindo a mobilidade entre as regiões.

O problema é que no Rio de Janeiro não havia um currículo claro, e há muita migração urbana naquela cidade. Portanto, se a criança que mora na Rocinha muda para Ipanema, acaba encontrando um outro currículo. Existia algo chamado multieducação, que era um pseudocurrículo. Era tão genérico que tudo se aplicava àquela região. Portanto, é fundamental adotar um currículo básico.

O que uma criança que cursa o 3º ano precisa aprender? Expectativas de aprendizagem. Desculpem-me se sou muito pé no chão, mas acho que perdemos tempo demais com discussões estratosféricas. Temos que voltar ao básico: a adoção de currículo claro.

Havia uma grande disparidade no desempenho entre as escolas, apresentando uma iniquidade e uma defasagem brutal entre idade e série. Apenas para citar um exemplo, no sexto ano, a defasagem entre a idade e a série, quer dizer, a criança tem 2 anos ou mais do que a idade correta para o sexto ano, era de 22%.



Como é que um professor pode dar aula para uma turma numerosa em que há jovens de 16 anos misturados com crianças de 10 anos? As chances de baixa autoestima ou de material inadequado para aquela idade são muito grandes.

Eu não estou falando de experiências inovadoras do multisseriado. Estou falando da sala de aula concreta, real. Ela já é inchada em todas as redes, quanto mais nas grandes metrópoles, imaginem com crianças de idades diferentes! Nesse caso, cabia uma tarefa importante: tratar o diferente como diferente, construir percursos distintos.

O PNE apresenta possibilidades de progressão como há, sim, em países desenvolvidos porque eles, por vezes, diante dos fenômenos de imigração, passam por problemas de defasagem. Não é um problema como o do Rio de Janeiro, mas é um problema real. Trata-se de construir percursos distintos, alternativos, para acelerar o aprendizado das crianças mais velhas.

Gostaria de citar alguns números. Atualmente, no Rio de Janeiro, neste ano de 2011, estamos acelerando 35 mil jovens. A propósito, não estou me referindo à Educação de Jovens e Adultos — EJA. Estou falando de jovens que ainda não têm a idade prevista no Programa EJA, mas que estão sendo acelerados para poder concluir na idade certa e não serem candidatos à evasão no ensino médio. Quando eles ingressam defasados no ensino médio, as pesquisas mostram que um dos motivos da evasão no ensino médio é justamente a disparidade existente entre a idade e a série.

Há mais. Tomemos como exemplo um jovem que ingressa no ensino médio no Estado do Rio de Janeiro, onde o ensino médio tem uma taxa de repetência de 39%. Muitos deles são meus alunos, terminam o nono ano, vão para lá e repetem o ano. Muitos deles, já em defasagem, abandonam o ensino porque, teoricamente, vão trabalhar.

O índice de desemprego relacionado à escolaridade do ensino médio incompleto é maior do que o de desemprego de quem possui apenas ensino fundamental e parou nele. Portanto, cria-se um problema social bastante grave. A defasagem entre idade e série é um grande problema.

A partir do momento em que assumi, nós resolvemos fazer dois testes para saber onde exatamente estávamos pisando. Depois de uma revisão de 45 dias do



que eles deveriam ter aprendido no ano anterior, considerando que quem está na escola pública tende a esquecer, nas férias, cerca de 30% do que foi aprendido no ano anterior, realizamos dois testes: um, para saber se havia analfabetos funcionais no quarto, no quinto e no sexto anos. Tivemos a notícia de que existem 28 mil analfabetos funcionais no quarto, no quinto e no sexto ano.

Não nos consola o fato de saber que é grande o número de analfabetos funcionais em alguns Estados do Nordeste. Sem querer ofender a nenhum Estado, eu tomei como referência os dados de Alagoas: o número de analfabetos funcionais chega a 60%. Uma cidade como o Rio de Janeiro não pode se consolar em ter 14% de analfabetos funcionais.

Crianças que sabem desenhar as letras, mas não formam palavras; crianças que leem e conhecem os sons das letras, mas não entendem nada do que leem. Não é que leiam mal ou interpretem mal, elas não entendem o que leem.

Detectamos a existência de 28 mil analfabetos funcionais. Testamos os não analfabetos funcionais para saber se havia déficits de aprendizagem. Em matemática, 40% apresentavam importantes déficits de aprendizagem; em português, 20%, um número não tão preocupante, diante da nossa realidade. Preocupante é saber que na Prova Brasil de 2007 nós pioramos em português. No ano de 2005, de acordo com os dados coletados pelo Programa Todos pela Educação, somente 33% das crianças do Rio de Janeiro que frequentavam a quinta série, antiga quarta série, tinham o conhecimento necessário para frequentar a sua série. Em 2007, caiu para 29%. O fato é que a educação no Rio de Janeiro estava em queda, em queda importante.

Diante disso, de que precisa o gestor? Acho que é a pergunta que cabe ao PNE. O que alguém que vai olhar para esse desafio tem de fazer? Primeiramente, como eu já disse, é preciso ter, sim, autonomia da unidade escolar, mas a autonomia de gestão, a autonomia do professor. Mas não podemos colocar a autonomia como mais importante do que a aprendizagem e a equidade do sistema.

Não podemos ter 1.065 políticas educacionais ou 1.065 currículos. É preciso, portanto, definir um currículo claro. No nosso caso, para ficar ainda mais claro, organizamos o currículo por bimestres. A cada bimestre, há um currículo claro, em que se pode ler e entender o que se trata. Pais e professores têm acesso a esse



currículo, e as expectativas de aprendizagem estão claras — disciplina por disciplina.

Aproveito para fazer um comentário importante sobre o professor e a formação de professores.

Bernadete Gatti, da Fundação Carlos Chagas, fez uma pesquisa impressionante sobre a formação de professores. Ela mostra que as nossas universidades, ao contrário das universidades dos países que estão tendo sucesso em educação, possuem um currículo exageradamente forte em fundamentos da educação — Sociologia da Educação, Filosofia da Educação —, mas completamente dissociado da prática.

Eu gostei da frase “aprender é aplicar”, tanto é que até a anotei. Não só a universidade estava distante, ensinando, segundo Bernadete Gatti — eu não sou pesquisadora em Educação, foi ela que realizou a pesquisa —, como no Rio não havia estágios para estudantes em Educação nas escolas públicas.

Como é que alguém pode tornar-se professor e assumir uma sala de aula depois de ter-se submetido a um concurso público, que requer basicamente, também de acordo com as pesquisas, conhecimentos em LDB e em Filosofia da Educação, e não de situações concretas em sala de aula? De repente, o futuro professor entra numa escola, dotado desse conhecimento, é doutor em LDB, mas se vê diante de uma sala de aula com crianças a serem alfabetizadas. Ele não sabe qual currículo é esperado para aquela sala.

Os sistemas que funcionam bem têm *teachers college*, que não é a mesma coisa, não é a mesma faculdade que forma o pesquisador em educação e o futuro professor.

Em todo caso, é preciso criar um currículo claro e corrigir o fluxo — corrigir o fluxo significa acelerar o processo de aprendizagem dos alunos defasados e realfabetizar os analfabetos funcionais. Não é possível varrer os problemas para debaixo do tapete, nem achar que o professor, sozinho, dará conta de cinco analfabetos de sexto ano numa sala, sendo que existe um professor para cada disciplina e não há mais professor alfabetizador no sexto ano.

Esses problemas tiveram de ser endereçados, e o foram. Com isso, conseguimos fazer duas coisas. Melhoramos a aprendizagem de forma importante e



mensurável dos alunos que estavam no trajeto regular e, ao mesmo tempo, conseguimos realfabetizar 21 mil analfabetos funcionais, e 10 mil, que cursam o quarto e o sexto ano, estão sendo realfabetizados agora. Eles seguem um percurso paralelo, porque são defasados no que diz respeito à idade e à série.

É possível resolver esses problemas? Sim, é possível. Se o olhar for não estratosférico, mas o de resolução do processo, integrando, de um lado, sim, a autonomia do professor, em que o professor escolhe a metodologia para seguir esse currículo. Há provas bimestrais unificadas que permitem, a cada 2 meses, aferir o conhecimento. Há aquelas disciplinas do PISA, como Português, Matemática, Ciências e, no nosso caso, Redação, com a qual o PISA tem mais dificuldades para trabalhar.

Em se tratando de Português, Matemática e Redação, a cada 2 meses nós monitoramos a evolução, e cada escola fica sabendo que alunos precisam de reforço escolar.

Desculpe-me contar o processo de forma detalhada, mas quero mostrar que o desafio da prática de quem quer resolver, não apenas analisar, é este. É assim que se constroem soluções.

Há alguns comentários relevantes. Primeiro, não se promove essa transformação e não é possível fazê-la contra o professor. Só é possível realizá-la junto com o professor. Discursar contra o professor ou achar que o problema é o professor não levar a lugar nenhum. O fato é que nós não damos os instrumentos necessários aos professores e depois nos queixamos de que os professores não ensinam. É fundamental que o professor, pautado no princípio da autonomia, receba instrumentos para isso.

O que nós fizemos? Se o aluno é um analfabeto funcional, é preciso capacitar o professor não para desenvolver coisas estratosféricas. Quantos serão os professores que vão realfabetizar? É preciso ensinar esse professor a realfabetizar. Como não faz parte do currículo das universidades realfabetizar analfabetos funcionais, é necessário ensinar os professores a fazê-lo.

Martin Carnoy, autor de *A Vantagem Acadêmica de Cuba*, surpreende quem não conhece o sistema de ensino em Cuba, que é excelente, sim. Ele mostra que no Brasil o livro didático é o plano de aula. Ele não foi desenhado para isso. Ele deveria



ser o material de consulta, o material de trabalho, o material de referência para o aluno.

Nós decidimos criar, com os professores, duas coisas, envolvendo 300 professores de sala de aula: um portal de aulas digitais, com o nosso currículo bimestral, portal produzido por eles. Eles têm a assinatura, a aula foi feita pelo professor tal, de tal ano e de tal escola. Além disso, produzimos o material de apoio para o professor usar na aula, caso deseje fazê-lo. Trata-se de instrumentos que o professor tem à disposição.

A aula pode ser projetada, mas é o professor que escolhe usar a aula ou até embutir em determinada aula materiais que ele produz, ou não usar tal aula.

Por outro lado, existe um sistema de acompanhamento dos resultados. Os professores ficam sabendo o que dá certo e o que não dá certo. Há provas bimestrais e uma avaliação externa uma vez por ano. Isso dá visibilidade às boas práticas e permite que o próprio professor queira postar boas práticas.

Nós temos dois instrumentos: um portal para a troca de boas experiências, o Rio Educa, e a Educopédia, portal de aulas digitais. Dar instrumentos ao professor é fundamental.

Com base no que a lei estabeleceu, há coisas que me facilitam, há coisas que me dificultam. Eu vou falar com todas as letras sobre algumas das metas. Eu senti falta de algumas coisas que promovem uma aprendizagem mais clara. Eu não concordei com tudo o que o João Batista disse, mas concordo com uma coisa: a questão federativa. Eu senti falta de uma definição mais clara quanto ao que cabe ao Município, ao Estado e à União na divisão de tarefas em se tratando de educação. Senti falta de uma ênfase maior à aprendizagem.

Para mim, a melhor medida para se aferir a qualidade da educação é se a criança aprendeu ou não. Educação é uma área sujeita a autoengano. Nós fazemos coisas bonitas como horta orgânica em tal escola ou piscina, sem querer desmerecer os Centros Educacionais Unificados — CEUs, da Senadora Marta Suplicy, mas eu também tenho escola que possui piscina, embora não sejam as melhores. A piscina não agrega nada à aprendizagem do aluno. Pode ser bacana para o esporte, pode ser bacana como centro de outras coisas, mais não leva à aprendizagem.



A discussão é o que deve fazer este País, que está nos últimos lugares do PISA, para aprender mais, embora esteja dando saltos. Ainda assim, o Brasil precisa acelerar. Nós temos que promover um grande pacto em prol da educação. A meu ver, nós, que trabalhamos em educação, não temos o direito de dormir bem enquanto as crianças estiverem aprendendo tão pouco. Cabe-nos tentar buscar soluções práticas.

Eu acho que temos de aumentar, sim, as verbas destinadas à educação. Eu sinto muito, não entendi bem a manifestação do João Batista, mas acho que é preciso, sim, aumentar os recursos para a educação. Os países que deram um salto, durante um certo tempo, aumentaram suas despesas com a educação. Mas não basta aumentar. É preciso aumentar e prover boa gestão.

Eu não discordo da ideia dos 7%, não. Acredito que é uma ideia correta e vou dizer mais. Se não fossem os 25%, eu tenho muita dúvida, conhecendo o nosso sistema político, se teríamos chegado aonde chegamos. Não nos enganemos! Existe desperdício de dinheiro em educação? Sim, existe. Mas, não fossem os 25%, a situação estaria pior. Talvez não ocorressem esses desperdícios, mas outras verbas seriam desperdiçadas.

Proteger a educação é proteger o futuro. Esse é um outro comentário que eu quero fazer.

Um outro comentário diz respeito à meta quatro, que trata da inclusão de crianças com deficiência em classes regulares. A minha rede tem 10 mil — deixem-me pegar o número preciso. Nós temos na nossa rede 10.481 crianças com deficiência incluídas — incluídas, não; com atendimento escolar. Dessas 10.481 crianças, 5.490 estão incluídas em salas regulares e 4.991, em classes especiais ou em escolas especiais.

Eu vou às escolas duas vezes por semana, porque não é possível formular política educacional de gabinete e achar que, por decreto, as coisas estão acontecendo. Eu não só tenho Twitter aberto aos professores — a Deputada estava comentando sobre o meu Twitter —, como tenho e-mail disponível a todos os professores, e eu vou duas vezes por semana às escolas. Eu tenho uma “tropa” que vai às escolas. Tenho a impressão de que existe quem não sabe como é o dia a dia de um professor das séries iniciais, nas quais estão matriculadas essas crianças.



As crianças deveriam ser incluídas, sem dúvida, em sala regular no maior número possível. Falando do Brasil afora, se no Rio de Janeiro eu tenho dificuldade de pôr um profissional ao lado de cada criança incluída — do contrário, não é possível dar aula; eu estou falando especialmente de deficiência intelectual —, se não houver um adulto ao lado da criança com deficiência intelectual, especialmente com determinados transtornos ou determinados problemas, não é possível dar aula. Imaginem em alguns Estados!

A classe regular é interessante para a criança. Ela se desenvolve muito melhor numa classe regular, é um direito da criança. Mas não vamos fantasiar que é possível, da noite para o dia, sem nenhum preparo, fazer isso.

Que solução nós construímos no Município do Rio de Janeiro? A solução que está na Convenção de Salamanca. Está na Declaração dos Direitos Humanos: a voz da criança com deficiência são seus pais. No Rio de Janeiro, quem toma a decisão são os pais dessas crianças. Se a criança está pronta para ser incluída ou se ela não está, ninguém conhece melhor uma criança com deficiência do que os seus pais, mesmo que eles sejam iletrados ou mesmo que eles tenham dificuldades.

Portanto, se os pais optam por incluir a criança com deficiência numa sala regular, o poder público tem a obrigação de correr atrás, colocar nem que seja um estagiário junto e ter uma sala de recursos para o contraturno. Trata-se de uma operação que demanda grande esforço, mas é obrigação do poder público.

No entanto, se o pai acha que a criança não está pronta, que ela deveria estar numa classe de uma escola especial, eu sou contra fechar as escolas especiais. Digo isso com todas as letras para o MEC, entre outros. Eu acho que não se deve fechar essas escolas. É um crime fechar escolas especiais. Olhem que eu apanho desses pais! Eu digo a eles, com medo, disfarçadamente, talvez eu queira fechar as escolas especiais.

Nós não queremos fechar as escolas especiais porque elas são necessárias até mesmo para dar segurança à mãe que escolheu incluir o filho numa sala regular. Nós dizemos aos pais que, se algo der errado, eles podem voltar atrás. Afortunadamente, com 5.490, elas estão em salas regulares. Mas, se um deles disser: *Eu tentei, mas a criança não está evoluindo*. Muitas delas estão evoluindo, e





bem. Nós estamos conseguindo alfabetizar crianças extremamente desafiadoras, mas não estamos falando de algo trivial.

Acho que as perguntas podem suscitar outras manifestações.

Eu quero dizer que educação é a minha paixão. Tenho certeza de que é a paixão de muitos de vocês, e espero que seja a paixão do Brasil. Da mesma maneira que resolvemos o problema da inflação com o apoio de toda a sociedade, não apenas dos especialistas em economia, os economistas, que se debruçaram sobre o problema, que a educação seja uma paixão nacional.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Encerrada, portanto, a participação dos nossos convidados, vamos passar imediatamente aos debates.

Temos as seguintes inscrições sobre a mesa, por ordem: Deputado Raul Henry — está aí; Deputado Lelo; Deputado Renan Filho; Deputado Ariosto Holanda, Deputado Alex Canziani, Deputada Dorinha, Deputada Teresa Surita, Deputado Alfredo, Deputado Paulo Rubem Santiago.

Essas são as inscrições, e se alguém que chegou depois quiser fazer inscrição é só sinalizar para nossa Secretária.

Pergunto aos senhores: vamos fazer um bloco só?

**O SR. DEPUTADO RAUL HENRY** - Sr. Presidente, a título de sugestão apenas. Na audiência pública passada, houve apenas um bloco, e ficou muito cansativo porque não houve a participação dos convidados, dos conferencistas. Então, sugiro a V.Exa. que fizéssemos dois blocos de cinco intervenções.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Dois blocos de cinco, então.

Há alguma objeção? *(Pausa.)* O.k., plenamente de acordo.

V.Exa. está pedindo inscrição? *(Pausa.)* V.Exa. será inscrito.

Vamos começar com os seguintes inscritos: Deputado Raul Henry, Deputado Lelo Coimbra, Deputado Renan Filho, Deputado Ariosto Holanda, Deputado Alex Canziani.

Antes de passar a palavra ao Deputado Raul Henry, quero cumprimentar os colegas membros desta Comissão, pois, num dia atípico, sem painel desde ontem, em que muita gente pagou para ver se havia uma revelação surpreendente no Plenário nº 2...



**(Não identificado)** - Não fale em Pagot...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - ...Nós tivemos aqui a presença de 24 Parlamentares da Comissão, dos 26 membros titulares e suplentes desta Comissão. Portanto, quero agradecer, pois acho que estamos num caminho muito bom, muito certo da discussão do Plano Nacional da Educação.

Apenas para facilitar o lado de quem está na Mesa, peço aos Deputados que tenham perguntas específicas para fazer que já designem para a Dra. Terezinha tomar nota a quem estão dirigindo a pergunta. E aqueles que quiserem a resposta dos três façam essa referência no momento da pergunta.

O Deputado Raul Henry, do PMDB de Pernambuco, inicia o nosso debate. Tem V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAUL HENRY** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar os convidados, mais uma vez, pelo brilhantismo. Certamente esse *quorum* verificado hoje se dá em função do conceito que os convidados desta tarde detêm entre os Deputados que constituem esta Comissão.

Eu vou começar fazendo duas perguntas ao Prof. João Batista, de quem sou leitor assíduo e admirador, que hoje expressou duas opiniões que não ficaram muito claras para mim. A primeira delas é sobre valorização dos professores.

Há um estudo da McKinsey, anterior ao de 2010, que é o de 2008, que investiga 25 sistemas educacionais no mundo, que é muito assertivo ao afirmar que os melhores sistemas educacionais do mundo são aqueles que têm os melhores professores. Os três exemplos clássicos – da Coreia, da Irlanda, da Finlândia – passam por essa política de uma carreira atrativa, decente, com boa remuneração.

O meu questionamento é o seguinte: como o senhor vê essa questão? E como colocar dinheiro bom em algo ruim para que isso que está ruim fique bom? Como podemos melhorar a qualidade de educação pública no Brasil sem uma política de elevação dos salários dos professores para que essa carreira seja atrativa? Como vamos buscar os melhores alunos do ensino médio para uma carreira da licenciatura se eles não tiverem uma boa remuneração como perspectiva e uma carreira decente como perspectiva? Essas são as primeiras perguntas.

O segundo questionamento é sobre o pacto federativo. Não ficou claro o que o senhor pensa sobre quais devem ser as atribuições da União, dos Estados e dos



Municípios. Deve ser uma separação por nível de ensino? Como é claramente que V.S<sup>a</sup> imagina essa distribuição de atribuições na Federação, no pacto federativo?

O terceiro questionamento é para os três convidados. Há dois projetos de lei, tramitando na Comissão, inspirados no artigo do economista Gustavo Loschpe — que, infelizmente, não está aqui para defender a sua posição. Mas ele já escreveu duas vezes sobre isso na revista *VEJA*. E outros veículos de imprensa se pronunciaram sobre esse tema —, o qual julgo estar dentro do contexto do nosso debate.

Então eu gostaria de saber a opinião dos três sobre essa ideia de colocar uma placa na frente de cada escola, com o IDEB de cada escola. É que esse debate virá brevemente para este plenário, e não poderíamos perder a oportunidade de ouvir a opinião de três pessoas tão qualificadas como V.S<sup>as</sup>.

O quarto questionamento, que vai para os três convidados: nesta semana, foi criada, pela Mesa da Câmara dos Deputados, uma Comissão de responsabilidade educacional. Temos uma experiência recente no Brasil, absolutamente vitoriosa, que é a criação, já nem tão recente, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem conhece a política municipal sabe que esta Lei mudou completamente a cultura da gestão fiscal no Brasil. Prefeito hoje tem medo de deixar contas a pagar, porque sabe que elas vão para o Tribunal de Contas, e ele pode ficar inelegível.

Como poderíamos, diante desse instrumento, da possibilidade de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, em princípio, que diretrizes poderíamos adotar para que esta Lei pudesse contribuir para a melhoria da cultura da gestão educacional no Brasil?

São esses os quatro questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Antes de passarmos ao Deputado Lelo Coimbra a palavra, esclareço à Mesa que o Deputado Raul Henry é o Relator dessa Comissão Especial que vai examinar o conjunto de propostas de Lei de Responsabilidade Educacional em tramitação na Casa. Portanto, o Deputado Raul é o Relator, e estamos constituindo essa comissão — vamos ter uma reunião daqui a pouco para discutir nomes —, a qual deve entrar em funcionamento rapidamente.



O próximo inscrito que vai usar a palavra é o Deputado Lelo Coimbra, do PMDB do Espírito Santo.

V.Exa. está com a palavra.

**O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA** - Muito obrigado, Presidente.

Embora possa parecer repetitivo, preciso registrar, Deputado Henry, a qualidade desta Comissão, a qualidade das presenças e das Mesas realizadas, a sua Liderança e o carinho que temos por V.Exa. — V.Exa. sabe disso.

Agora isso mostra também o quanto estamos precisando do contraditório, no âmbito deste espaço de debate que temos, tanto na Comissão de Educação quanto neste espaço. O contraditório chamou aqui hoje 24 dos 26 presentes nesta Comissão. Então acho isso de grande importância, e isso não pode deixar de ser registrado.

Vou fazer alguns comentários. Primeiro, sobre a Meta 4, Cláudia. Eu concordo não só com tudo o que V.S<sup>a</sup> falou como a julgo muito autoritária, se não puder chegar à qualificação de fascista.

Ontem e hoje, no meu Estado, houve um encontro da La Paz. Verificamos o pânico com que esse pessoal está lidando com esse tema. E não temos discurso, porque é um tema institucional, é uma determinação institucional. Por mais mediações que façamos, por mais interlocuções que façamos, temos dificuldades importantes. Nosso companheiro de Minas tem uma experiência positiva em Minas, já conversamos sobre esse assunto, mas esse tema é muito complicado.

O ex-Senador Arns, em uma das Mesas sobre esse tema, demonstrou ter uma posição muito boa, à sua semelhança. E quero só fazer um registro: acho esse tema, na forma como está sendo levado, absolutamente autoritário.

E quero fazer, a título de comentário, três perguntas. O primeiro, Cláudio, é que fomos, com quatro Deputados, conhecer a experiência de ensino profissionalizante na Alemanha. Pareceu-me, na sua manifestação, que alguns dos elementos que V.S<sup>a</sup>. propôs como importantes estavam naquela experiência, ou estão naquela experiência. Quero saber a sua opinião, *vis-à-vis*, a sua manifestação sobre esse assunto e se V.S<sup>a</sup> conhece a experiência alemã.

O segundo comentário é dirigido à Cláudia. Primeiro, Cláudia, sou o Relator dessa proposta da placa nas escolas. Temos percebido divisões em todos os



lugares, até entre nossos consultores. Mas o volume de informações e manifestações que tive nesses últimos 10 dias, desde que foi dado conhecimento de que sou o Relator, me impressionou.

Então acho que estamos diante de um desafio de transformar uma pedra bruta numa pérola. E acho que temos oportunidade de fazer isso num belo relatório compartilhado. Nesta oportunidade, vou dizer que vou propor uma audiência pública em agosto, para discutirmos esse tema.

E então quero também refazer a pergunta do Raul acerca desse tema. Mas, dentro dele, me chamou muito a atenção o método utilizado — porque isso tem a ver com a pontuação — na rede para identificar e proporcionar alternativas de requalificação dos analfabetos funcionais, das acelerações. Que procedimentos metodológicos V.S<sup>a</sup> usou para que isso pudesse qualificar sua rede onde ela precisava?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Nobre Deputado Lelo Coimbra, muito obrigado.

O próximo inscrito é o Deputado Renan Filho, do PMDB de Alagoas.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Fizemos uma excedente Mesa, Dra. Cláudia. Eu citei Alagoas, e S.Exa. está acostumado a essas provocações, S.Exa. e eu. O pessoal sempre diz que Maranhão e Alagoas que são os piores, não se preocupe...

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - É verdade! São os campeões em índices negativos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Renan, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RENAN FILHO** - Sr. Presidente, Gastão Vieira, eu parablenho esta Comissão que debate o Plano Nacional da Educação, pela qualidade das discussões feitas aqui. Hoje tivemos mais um grande exemplo disso. Os nossos convidados dão mostras de que têm um amplo conhecimento na área da educação e têm posicionamentos.

O mais interessante é que a educação brasileira está sendo discutida através do Plano, através da Comissão Especial do Plano, através da Comissão de



Educação, como não era antes discutida no Brasil. A educação, na minha opinião, está sendo colocada como prioridade do País. E, por isso, acho que, na discussão do Plano, temos, sim, de discutir melhores condições de financiamento, discutir recursos novos para a educação.

Acompanhei com muita atenção a apresentação do companheiro João Batista, quando colocou, com muita propriedade, suas ideias com relação à educação brasileira, fazendo uma analogia com a educação do restante do mundo.

Creio que é um absurdo mesmo estarmos sempre discutindo aqueles lugares comuns. Não é verdade realmente que melhorar salário de professor e aumentar investimento vai melhorar a educação — V.Exa. citou o caso do Maranhão. Também é um absurdo admitirmos que, em Alagoas, como citou nossa Secretária Cláudia Costin, 60% dos alunos de quarta, quinta e sexta séries são analfabetos funcionais. Isso é inadmissível. Na verdade, o sistema não existe, então.

Mas pior do que isso, Secretária, é que, em Alagoas, no último ano, praticamente 100% dos alunos não concluíram o ano letivo do ensino médio, porque todas as escolas passaram por greves ou porque grande parte dos alunos anualmente saem das escolas porque não têm incentivo algum.

E sobre as questões hoje da educação, eu sou um grande defensor dos professores, das melhorias das condições de trabalho, como a senhora também defendeu, mas também concordo um pouco com o João Batista, quando diz que não podemos somente na educação tratar esse tema. O Brasil está com mais de 10 Estados em greves, onde nem sempre é levada em conta a condição dos Estado de pagarem melhores salários. Alagoas, por exemplo, já paga um bom salário. Nosso Estado se situa entre os oito que possuem melhores salários do Brasil, mas é o pior em educação. Isso corrobora com as informações trazidas pelo João Batista.

Quero fazer uma interface. Sinto-me contemplado pelas perguntas feitas por Lelo e por Raul. Eu perguntaria temas semelhantes. Mas gostaria que V.S<sup>a</sup> comentasse qual é a sua opinião em relação à revogação do gatilho do piso salarial, que foi um ponto citado como importante pelo João Batista; qual a situação do Município do Rio de Janeiro com relação às finanças da educação municipal; como têm sido encaminhadas as discussões com os sindicatos para a apresentar as dificuldades que o Estado tem; e qual a posição de V.S<sup>a</sup>. — V.S<sup>a</sup> colocou,



rapidamente, que era a favor de recursos novos para a educação, a ampliação de 5% para 7% do PIB — sobre carrearmos para salários o percentual de aumento na mesma proporção que são carregado

V.S<sup>a</sup> acha que devemos carrear para salários o percentual de aumento na mesma proporção que são carregados para salários os investimentos dos 5,6 que temos hoje? Ou seja, devemos manter essa política ou deveríamos privilegiar outros investimentos, no sentido de melhorar a educação?

E para concluir, Deputado Gastão, quero dizer que nós, em Alagoas, fizemos uma audiência pública para discutir o Plano Nacional com muita mobilização social, onde todos participaram. Devo dizer que a Meta 4 realmente está preocupando o Brasil inteiro.

Vou tomar a liberdade de enviar a todos os Deputados que compõem a Comissão Especial — Plano Nacional de Educação, Deputado Raul Henry, o depoimento de uma deficiente auditiva, que fez, na minha opinião, o melhor discurso de toda a plenária. O discurso foi ali traduzido para que todos pudessem entender o que ela falava na linguagem de sinais. Ela referiu-se à Meta 4, tratando sobre as dificuldades. Ela disse que as pessoas não estão sendo escutadas e que as escolas especiais têm de continuar, sim, porque há pessoas que, infelizmente, não têm condição de estar numa escola normal.

Devo dizer que tenho a mesma opinião da Secretária Cláudia.

São essas as minhas perguntas. Quero parabenizá-los pelo debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputado Renan.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Ariosto Holanda, comunico à Mesa, a título de informação, que o Deputado Ariosto Holanda, que é o nosso decano na área de ensino técnico, tecnológico, etc., está ainda lendo o Plano, porque ele está organizando um seminário, que vai ocorrer com a participação de três Comissões permanentes desta Casa, além da Comissão Especial, com a presença de vários Ministros. Então, S.Exa. está dando uma dimensão muito maior do que aquela que estamos tendo aqui no Plano.



Eu estava ouvindo o Prof. Cláudio falar, e via ali a ansiedade do Ariosto em falar. Então, para que V.Exa. não fique mais ansioso ainda, concedo-lhe imediatamente a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Tem chá de camomila ali, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Está certo... *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Inicialmente, eu vou parabenizar os expositores. Digo que sempre é bom ouvir educadores de nível como o João Batista, Cláudio de Moura Castro, Cláudia Costin, com os quais sempre aprendemos muito.

Antes de fazer os meus questionamentos, lembro-me que, em 2008, se não me engano, V.Exa., Deputado Gastão, como Presidente desta Comissão, promoveu aquele encontro das experiências que deram certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Foi em 2006, e eu era Presidente da Comissão de Educação. Fizemos dois encontros: um, em 2006; e outro, em 2007. Um já com o Deputado João Matos.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Lembro-me que o Cláudio participou desse evento como expositor.

E o que me chamou a atenção foi a exposição da Coreia — até fiz anotações, naquele momento. Eles disseram que a Coreia, em anos passados, tinha um PIB menor do que o Brasil, e depois deu um salto de qualidade; que esse salto se deveu muito à educação.

Quando eu perguntei o porquê de esse salto se dar na educação, eles responderam que é porque fizeram um planejamento da educação a serviço de um projeto de país. Isso me marcou muito. Quer dizer, a educação estar a serviço de um projeto de País.

Então a primeira pergunta que fica no ar: nós temos planejamento de País ou vivemos de espasmos? Acho que vivemos de espasmos.

Mesmo porque, neste momento, quando se faz um levantamento do alunado do ensino superior, 65% estão matriculado em quatro cursos: Direito, Administração, Pedagogia e Contabilidade. Então onde estão nossas engenharias? Hoje, todos estão reclamando por engenheiros, na ciência da engenharia agrônoma. Onde





estão esses alunos? Não existem. Então a primeira questão que fica é a do planejamento.

Segundo momento — e vale a pena lembrar: em 1993, realizamos aqui na Casa uma CPMI — Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo saudoso Mário Covas, que procurava identificar as causas e dimensões do atraso tecnológico no País. Foi em 1993, lembro-me muito bem. Causa principal: a degradação da sua base educacional.

Ninguém nunca ouviu falar nesta CPI, porque CPI que dá ibope é de roubo, é de banditismo, é de prostituição. Dessa que era sobre as causas estruturais ninguém procurou saber. Então, a causa principal era a degradação da base educacional.

Naquele momento, Cláudia, identificamos que, por meio de um depoimento no sistema CONFEA/CREA, enquanto nos países desenvolvidos havia uma relação ótima, de 1 técnico de nível superior para 5 técnicos de nível médio, no Brasil essa relação era invertida, de 2 técnicos de nível superior para 1 técnico de nível médio; e se fôssemos para o Nordeste, eram de 4 técnicos de nível superior para 1 técnico de nível médio.

Eu sempre digo que neste Brasil há muitos brasis, e quando nos referimos ao Nordeste, devo dizer que ele está totalmente à deriva, sem planejamento, é mais uma ação isolada de um Presidente que chega e diz: “*Vou botar uma refinaria lá em Pernambuco...*” Entenderam? Não há um planejamento estratégico na Região.

Eu quero saber se vocês concordam comigo. Esse movimento da educação praticamente se deu por conta, primeiro, da globalização; segundo; por conta desse avanço tecnológico presente, que está exigindo praticamente o conhecimento das pessoas. Isso gerou duas populações de analfabetos: uma, a de analfabeto tecnológico, que são as pequenas e microempresas, que representam 97% do setor produtivo. A mortalidade delas é muito alta, porque elas não conseguem inovar. Não inovam porque estão distantes de quem tem o conhecimento: as universidades e os institutos de tecnologia. Pensam na pequena e microempresa só como gestão e financiamento, esquecem-se da transferência do conhecimento.

Eu não consigo separar educação da ciência e tecnologia. Hoje elas estão em compartimentos estanques, não se comunicam direito. Tanto é verdade que uma



hora eu estou aqui, e outra, na Comissão de Ciência e Tecnologia, querendo fazer essa ponte de educação com a ciência e tecnologia.

Para mim, esse movimento decorre dessa globalização e, de repente, a gente tem no conhecimento a mercadoria mais importante do mundo moderno.

Nós nos deparamos com uma questão grave, que é a do pacto federativo, tratado aqui pelo João Batista. Mas eu tenho aqui como ato de fé que escola é professor, tudo o mais é acessório, se a gente não investir. Eu sempre que chego a uma escola bonita, com muito laboratório, pergunto: “*Cadê o professor?*”

Quanto a essa questão do professor, o que se recomenda para melhorar o nível daquelas nossas professorinhas que estão nos Municípios — são mais de 5 mil e Municípios? O Prefeito não vai investir na qualificação delas. Com certeza, não. De repente, a escola é dirigida pela esposa de um Vereador que não foi eleito, e por aí vai — aí entra a questão da gestão da escola.

Eu defendo como um caminho, como um mecanismo de chegar àquele professor, de repente, usar as ferramentas que encurtam as distância do conhecimento: as infovias, a educação a distância. Será que poderíamos fazer um pacto das universidades e definir um currículo mínimo para melhorar a qualificação dos professores, as universidades ensinando a distância?

Raul, se conseguíssemos colocar em cada Município uma estrutura mínima de videoconferência, Internet banda larga, de repente naquele distrito mais distante conseguiríamos melhorar o nível de formação dos professores. Aí vem a pergunta: neste caminho nós podemos seguir?

Para finalizar, quero dizer que defendo nesta Comissão uma ideia, Cláudio — e eu quero ouvi-lo, porque já conheço as suas ideias e propostas. Quanto a essa população de analfabetos funcionais — e eu não me refiro a analfabeto funcional dentro da escola, mas a analfabeto que está fora da escola, uma população, na faixa de 15 a 64 anos, que hoje está em torno 130 milhões; e desses, dados do INAF — Instituto de Analfabetismo Funcional, do Instituto Paulo Montenegro, apontam para o universo de 50 milhões de analfabetos funcionais. São pessoas que não entram no novo mercado de trabalho, pois este exige conhecimento. Essa população tem que ser descartada, porque ela não se insere em programas como o EJA — Educação de Jovens e Adultos, ou o PROEJA — Programa Nacional de *Integração da*



Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade *de Educação de Jovens e Adultos*. A escola tem que ser diferente.

Eu defendi muito a questão dos centros vocacionais tecnológicos como um centro onde se pode atender à pessoa a partir de quem tem o conhecimento. Então, Cláudio, estou defendendo a linha de extensão. Eu pergunto: a extensão pode ser um caminho? Pode-se usar o mecanismo da extensão como ferramenta de educação não só para atender a essa população de analfabetos, na formação do eletricitista, do bombeiro, do mestre de obras, metendo a mão na massa, como se diz, como também assistir às pequenas e microempresas, os pequenos negócios que estão lá morrendo. Hoje, nascem 720 mil microempresas por ano e morrem 690 mil. Apenas 3% de pequenas e microempresas têm 20 anos, que é um número muito pequeno, porque elas não conseguem inovar.

Eu gostaria de ouvir uma resposta dos educadores: esse caminho, o da extensão, é o que podemos perseguir, mobilizando quem tem conhecimento?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O próximo orador inscrito é o nobre Deputado Alex Canziani, do PTB do Paraná. S.Exa. é o Vice-Presidente desta Comissão Especial.

Tem V.Exa. a palavra

**O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI** - Muito obrigado, Deputado Gastão Vieira.

Primeiro, eu vou parabenizá-lo pela condução desta Comissão, pela competência e pela qualidade dos palestrantes que temos tido o privilégio de receber aqui.

Tenho defendido aqui uma questão, que não é o discurso que se espera, pelo menos das pessoas que acompanham esta Comissão, a partir da visão que eu tenho.

Ministra — V.Exa. foi Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado —, eu vejo aqui a seguinte questão: um País que anuncia que tem 20 metas para educação, em 10 anos, na minha visão, quem tem 20 metas não tem nenhuma. Eu acredito que nós deveríamos ter de três a cinco metas. Se em 10 anos conseguíssemos atingir, de forma clara, essas três ou cinco metas, se a sociedade



brasileira soubesse que o Brasil, daqui a 10 anos, teria isso para a educação brasileira, acho que seria um grande avanço.

Trata-se de uma discussão da qual muitos discordam, o próprio Ministro acha que temos que ter essa... Poderiam até permanecer as 20 metas, dependendo da quantidade de emendas — são 3 mil emendas, poderíamos até agregar mais algumas —, mas eu acho que deveria haver um pacto — e V.Exa. referiu-se ao pacto — em que pudéssemos claramente...

Ora, se as metas do milênio são oito, e se Todos Pela Educação são cinco, e nós temos 20 metas, se for perguntado aqui para qualquer um de nós, ninguém sabe quais são as 20 metas — e aí eu me incluo.

Se pudéssemos cumprir isso, acho que isso já seria um grande avanço para a educação brasileira: o Brasil, em 10 anos, vai perseguir efetivamente essas três ou cinco metas. Se conseguirmos cumpri-las, vamos partir para outras. Eu queria saber como vocês avaliam essa questão.

Outra questão é com relação as *charter schools*. Tem havido uma série de debates sobre essas escolas cujas administrações passam para determinados grupos, determinadas sociedades, determinadas entidades para que possam dirigi-los baseados em metas. Vários países já as implantaram, como o Chile, a Suécia, os Estados Unidos. Como vocês vêem essa questão?

Prof. Cláudio, eu sou um dos Relatores do PRONATEC — dentre os quatro Relatores designados —, cuja proposta tramita, inclusive, em regime de urgência. Nós devemos aprová-lo no mês de agosto, no retorno do nosso recesso. Eu não sei se este é o momento, mas eu gostaria que V.Sa. nos repassasse algumas sugestões pontuais sobre aquilo que acredita do PRONATEC.

Nós já tivemos discussões com o sistema S — o SENAI e o SENAC estiveram presentes — mas eu acho que V.Sa. poderia nos dar boas sugestões para melhorarmos o texto.

Eu gostaria de parabenizá-los e dizer que gostaria de ouvi-los com relação a essas ideias.

Seria basicamente isso. Obrigado



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Passamos a palavra à Deputada Professora Dorinha, do DEM de Tocantins, e, fechado esse bloco de três Parlamentares inscritos, iniciaremos a fase de respostas.

Tem S.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Na verdade, fico um pouco preocupada com algumas colocações que são feitas. Para nós que lidamos com a educação há muito tempo, às vezes fica a sensação de que estamos falando a mesma coisa, como uma vitrola meio que quebrada. Essa questão da formação de professores eu acho que é um lugar comum, em diferentes papéis e locais. Já temos clareza de que a formação dos nossos professores é inadequada.

Eu me preocupo com alguns extremos. Por exemplo, às vezes se diz que a formação continuada não serve, que não muda nada. Acho que não pode ser qualquer essa formação, mas a formação continuada pode, sim, fazer a diferença.

Quando fui Secretária de Educação, a primeira coisa que eu fiz foi uma avaliação em todas as escolas. E, a partir do que o professor não sabia e, claramente, do que os alunos não sabiam, nós organizamos a formação continuada. Não foi por milagre que o Tocantins saiu dos últimos lugares e dar um grande salto. Chegamos a estar entre os 5 Estados de melhores resultados.

Mas por que eu estou dizendo isso? Porque eu acho que a gente não pode desistir de enfrentar o fato de que a formação precisa mudar. Isso é difícil porque a gente lida com a academia, que é refratária, que tem dificuldade em enxergar a escola e a educação básica. A propósito, eu queria ouvir um pouco sobre essa contribuição. O que nós poderíamos construir em termos de alternativa? Quando a gente senta com o Conselho Nacional para tratar de formação de professores, dá vontade de chorar, porque o Conselho acha que as diretrizes curriculares estão aí e pronto. Mas as diretrizes são tão amplas, que cabe tudo dentro delas, e a gente não consegue a formação. Um professor que tiver que lidar com alfabetização sem ter nenhum preparo para alfabetizar... é como se a água que ele toma na sala fosse automaticamente ensiná-lo a alfabetizar. E isso não é verdade.



Eu acho que a gente precisa ter coragem. Eu queria ouvir de vocês um pouco sobre o Exame Nacional de Avaliação Docente, sobre os concursos públicos, que são faz de conta, sobre o período probatório. Como é que a gente poderia avançar?

E concordo que em algumas metas do próprio Plano Nacional nós não conseguimos avançar. Essa é uma caixinha que pouca gente tem coragem de enfrentar, e não é fácil mesmo, porque ninguém quer ter a antipatia da carreira docente. Mas precisamos lidar com isso. Minimiza-se a questão como se todo o nosso problema fosse salário. Não é.

O meu Estado, o Tocantins, paga um dos melhores salários, quase 3 mil reais de salário inicial. Mas nada melhora automaticamente com o aumento do salário, se não houver responsabilização, acompanhamento, monitoramento e oportunidade de mudanças. Na verdade conseguimos vitimizar de tal forma o professor, que tudo vale para esse grupo. Ele não precisa ser bom profissional, porque, coitadinho, está tudo tão ruim para ele, a carreira, o salário... E estudos mostram que a carreira não é tão ruim assim, nem o salário. A carreira tem problemas, sim. É lógico que a gente teria que reorganizá-la, para que ela fosse mais atrativa. Eu queria ouvir um pouco a respeito dessa questão, mas antes quero me contrapor em relação ao recurso. Eu acho que faz diferença, sim, o recurso.

Quando eu assumi a Secretaria de Educação, a folha consumia quase 90% do recurso da educação. Era um negócio de todo mundo ser cedido da educação, de não se saber de onde tirar recursos para determinados programas e então tirar da educação... Fizemos um exercício e limpamos tudo. Ficou o dinheiro só para a educação.

E então nós tivemos que criar uma gratificação, que depois foi extinta, uma gratificação de exercício em sala de aula. Porque os professores que ficavam doentes na rede pública se curavam, ficavam bons, à medida que atravessavam o portal de uma escola privada. Tinham depressão, problemas seríssimos, graves mesmo, não podiam ficar em sala de aula, tinham Síndrome de Burnout, tudo o que pudesse existir. Mas no Marista ou no Colégio Dom Bosco eles conseguiam trabalhar. Era alguma coisa acho que da água da escola pública, que contaminava. Era automático. Com a gratificação, isso mudou.



Mas por que é que eu estou relatando isso? Eu acho que o Plano Nacional tem algumas metas possíveis de atingir, na minha opinião, mas a questão da formação, da responsabilização e do sistema nacional ficou, na minha opinião, só no discurso. Ainda existe uma disputa de papéis. E eu até queria reforçar a pergunta do Raul sobre a organização do sistema nacional, a responsabilidade entre redes, porque na verdade ainda existe uma disputa de papéis e até uma grande confusão sobre quem é responsável por que no que diz respeito a atendimento. Como é que só a organização de níveis e a responsabilização de modalidades de ensino daria conta de organizar esse sistema nacional? Eu queria ouvir um pouco de vocês sobre o papel do Ministério da Educação. E não estou falando do papel do Ministro Fernando Haddad, mas do papel do MEC enquanto instituição norteadora de política pública. O MEC, na minha opinião, lida diretamente com a escola, como se ignorasse os sistemas. Acho que existe um equívoco em termos do papel da instituição Ministério da Educação.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Vamos devolver a palavra ao integrantes da Mesa. Acho que este é um momento único, muito importante para o debate, para o contraditório, e eu não vou, de nenhuma forma, estabelecer um tempo máximo para vocês três. Quero apenas lembrar que as perguntas estão sendo dirigidas, praticamente todas, para os três, e alguns Deputados ainda vão fazer perguntas. Portanto eu deixo a critério de cada um o tempo das respostas.

Vou começar como iniciamos. Com a palavra o Prof. João Batista Oliveira.

**O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA** - Vou tentar ser conciso e claro, no que não fui.

Sobre a questão dos professores não dá para falar em 10 minutos, muito menos em 5 minutos. O ponto central é pensarmos numa política de dois tempos: o que fazer com os professores que estão aí, o que fazer com os professores de que precisamos, e como fazer essa transição. Qual é a tese? Jogar mais dinheiro nesse professor que está aí, sem nada? Isso só vai aumentar custo. O caso do Maranhão é típico, mas também é o caso de Brasília e de qualquer outro Estado. As deficiências são graves, e todo mundo que frequenta a escola sabe disso, sobretudo nas séries iniciais. Os semianalfabetos não têm a menor noção de matemática, do



que é fração, de nada disso; e da 5ª à 8ª séries há deficiências bastante graves também, embora numa disciplina só.

O que mostra a Ciência? Mostra que mudar num adulto algumas modalidades de convivência, isso se consegue; mas mudar competências cognitivas é muito difícil. Os professores que estão aí, pode-se ajudá-los muito organizando, estruturando o ensino com coisas (*ininteligível*) que a Cláudia disse e mostrando a ele como fazer certas coisas. Esse tipo de treinamento, de orientação, muito pragmática, em cima de um material bem estruturado, bem organizado, tem dado resultado. A mesma coisa vale para a formação profissional técnica. Pode-se ensinar a pessoa a fazer. Mas ensinar coisas cognitivas, como escrever uma redação, por exemplo, a quem não aprendeu em 12 anos de escola, não há capacitação nem formação permanente que vá ensinar isso. Passou, perdeu. Então o desafio é uma política de dois tempos: o que fazer com estes, no tratamento e no salário, e como criar uma carreira nova.

Qual é o desafio da carreira nova? O desafio da carreira nova é reconhecer os 10%, os 20% ou os 30% melhores do ensino médio e incentivá-los a ser professores: *“Venha, porque ser professor é bom”*. Esse é o desafio. Mas como se faz isso? Tornando os salários iniciais altos. Por que não podemos fazer isso, jogar dinheiro nesse negócio? Temos o exemplo da Bahia, onde a carreira vai de 1 a 10, quer dizer, dá-se o pior salário no início e um salário 10 vezes melhor quando a pessoa já vai morrer ou vai se aposentar. E ficam 30 anos para a previdência social do Estado pagar, o que ela não dá conta.

O segredo para atrair gente jovem é ter carreiras bem achatadas, de 1 para 2 ao longo da vida, mas com salário inicial alto e salário médio equivalente ao de outros profissionais liberais. Mas o médico, por exemplo, não tira das suas 40 horas tempo para ler. Ele lê em casa, na 41ª, 42ª, 43ª hora. É preciso comparar o esforço e o salário. Hoje, o salário médio do profissional liberal no Brasil é de 3 mil, de 3.500 reais, o que seria possível atingir se nós tivéssemos, por exemplo, um professor para cada turma, que é como deveria ser, em média. Mas nós temos três ou quatro, por causa dos arranjos sindicais, dos tais direitos que se obtêm nas greves e que vão se acumulando até impossibilitar qualquer racionalização.





O desafio é fazer duas políticas e criar um mecanismo de transição: quem quiser pode migrar da carreira velha para a carreira nova, mas terá que passar pelas barreiras.

Pergunta da Profa. Dorinha: o que é que o professor tem que saber? A evidência mostra que ele tem que saber tudo o que ele vai ensinar e um pouquinho mais. Peguemos, por exemplo, o caso dos professores de Matemática da China. É óbvio que falar sobre a China é como falar sobre o Brasil, porque os dois são países enormes, e tal — a gente não arranha nem a superfície. Existem estudos de uma chinesa, a Profa. Liping Ma, de Stanford, que mostram que o professor chinês típico, de série primária, tem 9 anos de escola, ou seja, o ensino médio. Ela compara o professor chinês com o americano, que tem *college*, que tem faculdade. O professor que dá aula na escola primária da China sabe muito mais da Matemática que ele ensina, da Aritmética, do que o professor que estudou Cálculo, que sabe mal Cálculo e não sabe nada de Aritmética. Então ele ensina muito melhor.

O que se tem de cobrar do professor, Profa. Dorinha, agora Deputada Profa. Dorinha Seabra Rezende, é o conteúdo. E é esse o problema do exame do MEC. O documento da proposta tem 17 páginas, mas só três linhas falam de conteúdo, o resto fala dos saberes, do chão da escola, da LDB. Isso não leva a nada. Então a primeira coisa que o professor tem de conhecer é o conteúdo. E a segunda coisa importante é ele saber ensinar. Estágio probatório. É preciso termos uma regra draconiana para o estágio probatório. Nos países desenvolvidos, 50% rodam, porque ser professor é difícil. O professor tem que ser bom.

Por que o professor do Teach for America não dá certo? Porque ele vai para a escola ruim, já que a idéia é ajudar a escola ruim, mas não há nenhum modelo de formação para ensiná-lo. Então não há como ele aprender. Para o professor aprender, ele tem que estar ao lado de um professor bom, como o mestre de aprendiz da formação profissional, o Cláudio, ilustrou, para aprender com ele. O estágio probatório tem que estar muito bem estruturado e organizado. Assim não há teoria inadequada que resista, porque, se o menino está fazendo bagunça, o professor tem de saber como lidar com ele. Se o professor vai ensinar fração, ele precisa saber ensinar fração. Muitas teorias pedagógicas vão morrer no estágio probatório consolidado. Espero que isso esteja um pouco mais claro.



Para viabilizar a carreira nova, não dá para manter incentivos como trabalhar 30 horas, descansar 12, etc. Não dá. Ou se faz uma carreira séria, como tem todo mundo, em que se trabalham 260 dias por ano, ou não dá.

Sobre o pacto federativo eu serei rápido, porque meus colegas também têm o direito de falar. Já se decidiu o que vai para cada um. A LDB já determinou que o ensino de pré-escola e fundamental deve ser do Município. Não há razão para ser, como não há tecnologia para gerenciar um País de 5 mil Municípios. Então é sensato que seja. A questão é saber o que deve ser Município. Essa é uma questão que os senhores políticos poderiam repensar quando autorizam a criação de novos Municípios. Mas dado que se trata de um Município, ele tem que gozar dessa autonomia e ser cobrado por ela.

Na operação, o que cabe ao Estado? O ensino médio, acadêmico e profissional. O ensino médio profissional deveria ser executado, de preferência, pelo Sistema S, pelo setor produtivo, pelo setor privado... E, obviamente, o Estado pode e deveria ter algum mecanismo de regulação. Aí vem a decisão sobre que regulação cabe ao Governo Federal e que regulação que cabe aos Governos locais.

Não vejo razão, se tivéssemos condições de fazê-lo bem, para estabelecer numa regra nacional quem é professor de pré-escola, quem é professor de ensino fundamental... Poderia haver uma regra nacional. O que é uma escola? O que é uma carteira para uma escola de criança de pré-escola? Alguém poderia dizer que não pode ser de uma determinada forma porque à noite tem o EJA. Essas definições deveriam existir. São importantes. Poderiam ser nacionais, ou poderia haver algumas coisas para o Estado. Quem é que pode ser diretor de escola? Qualquer um? O mais votado? Ou haveria critérios? Carreira, isto, aquilo? Essas regras é preciso decidir se serão estaduais ou nacionais. Não podem ser municipais, com certeza, porque haveria uma diferença insuportável.

E a questão maior, que, obviamente, é o financiamento. No sistema nacional, em que o Governo Federal fica com a maioria, certamente ele tem de ter uma responsabilidade. Eu acho que uma regra do FUNDEB poderia evoluir, já que nós estamos com a matrícula praticamente universalizada: financiamento por número de crianças de 7 a 14 anos por Município — mas é preciso municipalizar —, e de 15 a 17 anos por Estado. Acabou. E vamos cobrar resultado.



E essas coisas que eu sugeri de Plano Marshall. Em vez de o MEC mandar dinheiro para a escola, para isto e aquilo, não, faz-se um plano, para Município ou Estado, e quem responder ao plano pode ter incentivos para ir resolvendo suas questões específicas. Certamente, no Rio de Janeiro vão optar por um plano diferente do de uma cidade lá do interior do Maranhão, porque os problemas a resolver são outros. Eu acho que o Governo Federal deveria fazer isso, além de transformar a LDB numa lei de dois ou três parágrafos.

A lei mais bonita que eu ajudei a elaborar aqui neste Congresso, encaminhada pelo então Deputado Paulo Bornhausen, foi a lei do voluntariado, a lei mais enxuta que existe na Casa. Ela tem cinco linhas. Foi rascunhada pelo hoje Governador Anastasia.

A lei tem que ser clara, autoaplicativa. Se a LDB fosse reduzida a três ou quatro capítulos, nossa educação, sem dúvida, seria muito melhor. O Cláudio compartilhou comigo vários anos de trabalho mundo afora. Você conhece lei de algum país? A gente conhece política. Não é preciso conhecer lei. Essa modéstia de sentar na cadeira e resistir a fazer lei é importante.

Para concluir, placa na escola. Obviamente, sou a favor, mas com alguns adendos. Primeiro, é preciso colocar evolução. Segundo, é preciso dizer como o diretor foi escolhido, o nome de quem o escolheu e há quanto tempo ele está lá.

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** - Uns palpitezinhos.

O Mackenzie fez um relatório muito bonito, muito bacana, cujo capítulo 1 diz que o professor é tudo. Todo mundo leu esse capítulo. Mas se esqueceram de ler o segundo, que diz que o professor, bom ou ruim, é muito melhor quando ele tem um material excelente. Esse segundo capítulo é para nós, porque os professores já estão aí. Como é que vamos mudar os que já estão aí? O que se faz é aproveitar os professores que estão à disposição e dar a eles material, instrução e estruturação do ensino.

Segundo ponto: IDEB na porta da escola. Eu tenho uma tese. O que foi que melhorou o IDEB? Resposta, numa palavra só: o IDEB. O IDEB melhorou o IDEB. Então, se colocarmos o IDEB na porta, ele vai melhorar mais ainda. Não é novidade. A Fundação Pitágoras tem um sistema de gerenciamento que está funcionando há quase 10 anos. Hoje nós temos alguma coisa como 400 escolas com IDEB na porta,



de antes e de depois, comparado com o do Estado, com o da cidade, com o de uma escola do mesmo nível social, etc. Não vejo problema.

Alemanha. Eu morei 6 anos na Suíça e vivia babando pelo sistema de educação suíço, que é muito parecido com o alemão. Mas tanto o suíço quanto o alemão e o austríaco são muito complicados. E, quando se tenta trazer a ideia para cá, no estilo alemão, a gente entala, dá indigestão. Ele é complicado, e algumas pessoas acham que ele foi feito complicado para evitar um novo nazismo. Mas dá para simplificá-lo. E nós já tivemos um sistema muito parecido com o alemão simplificado, só que ele foi assassinado pelo Ministério do Trabalho, que progressivamente tornou esse sistema inviável para as empresas. Hoje, a empresa tem que ser obrigada a aceitar um aprendiz que sequer sabe qual é o endereço da empresa, porque ele não pode ir até lá. Essa é a ideia. É verdade.

Coreia, a clareza da Coreia. É impossível fazer um menino estudar 13 horas, 14 horas por dia, como se faz na Coreia. Mas há clareza. Primeiro, vamos botar todo mundo para aprender a ler e a escrever, com uma educação de qualidade. Depois vamos botar todo mundo no médio. E ao, mesmo tempo, no médio vamos dar uma educação técnica para todo mundo, ou para grande parte dos alunos. Depois vamos fazer o superior. E depois do superior, quando começa a Ciência, aquilo vai sozinho. Essa clareza foi fundamental. Técnico *versus* superior.

Aqui, nós temos um inimigo, e o inimigo não está longe. O inimigo é a ideologia, que acha que ser tecnólogo ou técnico é um horror, que acha que todo mundo tem que fazer a graduação de 4 anos porque alguém faz. A tal isonomia do modelo.

Quando houve aquele acidente trágico com os Ministros e o Presidente da Polônia que matou uma porção de gente, eu fiquei imaginando: se uma coleção dos nossos gurus estivesse nesse avião, em vez do Presidente da Polônia, como a nossa educação não estaria melhor.

Analfabetos tecnológicos e analfabetos funcionais.

**(Não identificado)** - Não é a resposta à da pergunta do MEC, não, é?

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Não. *(Risos.)* Não. Ficam sem nomeação os tripulantes.



Analfabetos tecnológicos e analfabetos funcionais. Eu e o João trabalhamos muito num programa, sobretudo com o SINDUSCON. Íamos até as obras ou buscávamos o operário da obra e usávamos o contexto do trabalho para ensinar a ler, a escrever, a ler plantas, a medir, a pesar, a fazer transformações matemáticas, etc. Esse programa deu certo em outros países e deu certo no Brasil, com o SINDUSCON, mas, surpreendentemente, ficou encruado. Eu acho que é um dos programas que pode dar a maior taxa de retorno.

**(Não identificado)** - Funciona dentro da escola isso?

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Tanto faz. O local físico tanto faz. O material é que tem de ser o material do trabalho e não o material da escola. O menino foi para a escola, não aprendeu com o material da escola. Levar o bicho já bem velhinho para a escola de novo, para tentar ensiná-lo com o mesmo material, não vai dar certo. Ele tem que aprender a matemática da carpintaria, a matemática do bombeiro, a matemática do eletricista, o português do marceneiro. É por aí.

Meta. Todos pela Educação. Eu acho que se nós jogássemos fora esse plano e implantássemos o Todos pela Educação e o planozinho do Jair, de dez metas, nós teríamos alguma coisa com cinco, dez páginas, e estaríamos muito mais bem servidos, *sorry*.

*Charter schools*. Não há nenhuma razão para não experimentá-las. Nenhuma, nenhuma, nenhuma. A gente faz besteira em todos os azimutes, então uma experiência que deu certo em outros países não pode ter uma proibição ideológica. Ninguém está dizendo que vamos construir 50 mil escolas do dia para a noite. Mas vamos experimentar e ver em que é que dá.

PRONATEC. A pedido do Deputado Gastão, eu fiz uma série de sugestões sobre o PRONATEC. Falei agora com o Gastão e ele vai lhe passar as sugestões que foram feitas.

Formação continuada, pegando o tema da Dorinha. A inutilidade que foi ensinada na Faculdade de Educação, se voltar a ser ensinada como formação continuada, vai continuar uma inutilidade. Então nós não podemos condenar a formação continuada pelo princípio, mas sim pela prática equivocada. Se a gente ensinar a coisa certa, se ensinar a dar aula e ensinar o conteúdo... Por que é que os sistemas de ensino dão certo? Porque estruturam o ensino e o professor tem aula



de conteúdo e tem aula de como dar aula e tem aula de como usar o livro, que é fundamental. Se ele não sabe o usar o livro, não vai usar o livro, e vai ficar o livro para cá e o professor para lá.

Período probatório. Todo mundo diz: *“Ah, a lei não deixa fazer isso...”* Todo mundo finge que não toma conhecimento de uma lei que permite se livrar do professor ruim no fim de 2 anos. E todo mundo sabe quem é o professor bom e quem é o professor ruim no fim de 1 ano. As pesquisas mostram que o professor ruim e o bom estão perfeitamente identificados. Talvez não no detalhe, mas o ruim, ruim, ruim não é surpresa para ninguém.

A minha sugestão é os Secretários de Educação se juntarem e dizerem: *“Agora, minha gente, um, dois e já!”* E todo mundo usa. Um choque, não é?

Política do MEC. O MEC tem de dar as grandes orientações, o MEC tem de definir o currículo, o MEC de fazer avaliação, o MEC tem de dar estímulos seletivos, ou seja, tem de usar os seus mecanismos financeiros para estimular as coisas boas. Eu acho que isso é.

Deixem só eu voltar atrás numa coisa que eu esqueci, sobre o técnico, novamente com o Ariosto. A atual legislação de avaliação é tal, que a Universidade Positivo, onde eu trabalho, não pode fazer mais tecnólogos. Por quê? Porque o perfil profissional, os diplomas dos tecnólogos são juntados aos diplomas dos professores da Universidade, para se dar a nota. Mas se o que se quer é um professor que saiba a prática, não se pode contratar um doutor. Os tecnólogos puxam para baixo a nota da universidade, então a universidade não pode formar tecnólogo, senão sua avaliação vai piorar. A coisa sinistra, a ideologia, ela se manifesta até nesses detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Ainda há aqui uma pergunta do Deputado Ariosto feita especificamente para você, sobre a questão do ensino técnico num projeto de país.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Eu perguntei se a extensão também é um caminho para a educação, a extensão feita pelas universidades e institutos. O que o senhor acha da extensão para atender àquela população que não tem tempo de ir para a escola? Eu sempre fui contra esses programas do FAT, Cláudio, porque eu sempre digo que a escola que passa não fica, fica só a dúvida.



Então, como é que o senhor vê a extensão? A extensão seria uma ação de educação em cima daqueles que não têm tempo de ir para a escola. Não é o PROEJA que vai atender a essa questão.

**O SR. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO** - Extensão é uma palavra que, na prática, tem duas finalidades, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Uma delas é vender cursos para quem quiser comprá-los e com isso poder-se pagar o prejuízo do mestrado e do doutorado. Esse é o significado da extensão nos Estados Unidos. Mas existe também a extensão que é uma participação dos professores e dos alunos em atividades de cunho social.

A legislação às vezes atrapalha muito. Há muitas possibilidades de se usar a extensão, como o ensino a distância, etc. Acho que deveria haver incentivos mais positivos e não esta legislação tão complicada, do não pode, do com tal idade não pode subir, de o outro não pode ir senão se caracteriza relação trabalhista... Nós temos que ter espaço para essa coisa acontecer, e há um potencial muito grande aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Com a palavra a Dra. Cláudia.

**A SRA. CLÁUDIA COSTIN** - Eu vou tentar responder às questões.

Em primeiro lugar, a placa. Sou a favor, e concordo com o João Batista, desde que se mostre uma evolução e uma meta. Nós tivemos uma experiência muito interessante no Rio de Janeiro. Uma diretora de escola em área conflagrada, complicada, no Rio das Pedras, espalhou placas não só na porta da escola, mas também dentro da escola, até no banheiro, com a meta de melhoria do IDEB que eles tinham, e que eles superaram largamente. O potencial mobilizador disso é incrível. Então eu acho que faz sentido sim, e isso deve ser complementado por leis municipais que reforcem a ideia da meta. Acho que merece uma discussão cuidadosa o como fazer isso, e sem a preocupação que alguns têm com a estigmatização de alguma escola, ou coisa assim. Ao contrário. Cada escola tem uma realidade, e o nome da sua diretora é conhecido na comunidade. No Rio de Janeiro, de todas as escolas que eu visitei, a comunidade do entorno sabe quem é a diretora, ou diretor, e há quanto tempo ela está lá. A diretora tem que ser um elemento não de penalização, mas de mobilização da comunidade. Os pais, ao



verem aquilo, vão se interessar em saber o que é o IDEB. No Rio de Janeiro, as 25 melhores escolas mandam uma carta para os pais dizendo “o seu filho estuda numa das 25 melhores escolas do Rio de Janeiro”. E as outras escolas disputam a possibilidade de estar entre elas. Acho isso muito positivo.

Com relação à Lei de Responsabilidade Educacional, eu acho essa uma excelente ideia. Eu trabalhei com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando ela era elaborada, e acho que falta mesmo isso no País. E me ocorre uma ideia interessante. O Plano deveria ser muito mais enxuto, mas complementado por leis específicas. Quer dizer, nós não precisamos ter uma “leizona” da educação, uma LDB-B ou uma LDB 2. Eu acho que, eventualmente, para alguns temas, deveria haver uma lei que o complementasse. E eu acho que essa lei da responsabilidade educacional pode ser uma delas.

Com relação ao método, quais são as metodologias alternativas para progressão, para realfabetização? O MEC tem um cadastro de tecnologias educacionais certificadas — eu acho isso muito positivo —, que deveria ser mais aprofundado. Deveria ser aberta mais essa possibilidade.

Eu acho que faz parte do papel do MEC disponibilizar instrumentos para Estados e Municípios que querem enfrentar problemas específicos, porque eu espero que, daqui a 3 anos, eu não seja mais cliente desse tipo de tecnologia que acelere crianças defasadas. Então, é preciso ser resolutivo nisso.

Da mesma maneira que a Deputada Professora Dorinha fez em Tocantins, eu realfabetizei os meus analfabetos funcionais. E nós usamos ambas as tecnologias educacionais certificadas, no caso, do Instituto Ayrton Senna, que tem uma das tecnologias certificadas para capacitar os nossos professores, Claudio, em cima de material adequado para isso.

Com relação ao Deputado Renan Filho, quero dizer que eu recebi o convite para ser Secretária no Rio de Janeiro e neguei três vezes. Quando eu estava em Alagoas fazendo uma palestra para diretores de escolas do Estado de Alagoas, colhi esse dado. Mas eu sou otimista. Quer dizer, os dados são muito negativos, mas é preciso ter muita vontade de fazer acontecer. Tem que ter muita coragem e muita ousadia para resolver os problemas de educação. Com certeza, é possível. Mas, para isso, precisamos de novos recursos? Precisamos, sim. Precisamos de novos





recursos e de boa gestão dos recursos atuais e dos novos recursos. E não podem ser voltados só para pessoal, têm que ser voltados também para construção de novas escolas.

Eu vou falar de um caso do Estado do Rio de Janeiro. Eu cuido do Município, e muitas vezes brigam comigo por conta de coisas que são do Estado. O Estado do Rio de Janeiro tem um histórico em que se demorou muito a fazer escolas de ensino médio. Então, uma parte importante do ensino médio no Estado do Rio de Janeiro é noturno dentro das nossas escolas, das escolas municipais.

É altamente inadequado. Um jovem de 14 anos entra no primeiro ano do ensino médio e vai estudar à noite. É um convite para ele entrar precocemente no mercado de trabalho, abandonar a escola, porque é mais interessante ele começar a ter um dinheirinho de bolso, ou não fazer nada e se desinteressar pelos estudos. Não é adequado, sem falar que à noite são menos horas, e há uma série de problemas. Então, é necessário investimento. Não se pode gastar todo o dinheiro da educação com o custeio.

Em relação à Meta 4, eu estou à disposição de quem quiser discutir em outras audiências, em outras situações. O Deputado Ariosto fez um comentário sobre como melhorar o nível do professor e se podemos trabalhar com educação a distância. Podemos, sim. Eu acho que é a única maneira. O MEC já oferece alguma coisa, mas eu estou preocupada com o que a Deputada Professora Dorinha falou. Muito do que se oferece de educação a distância é centrado no mesmo modelo falido da formação inicial.

Quer dizer, muitas vezes — desculpem-me ser tão franca — a mesma universidade que oferece uma formação inicial inadequada vai oferecer formação a distância, formação continuada. Não adianta mais só saber a diferença entre Vygotsky e Piaget ou decorar a LDB. É fundamental que se saiba como lidar com o ensino, como foi dito aqui na Mesa. Como é que se ensina matemática para uma criança de 10 anos? Faltam didáticas específicas na formação inicial e na formação continuada, como também falta ensino de conteúdo.

Dentro desse contexto, aqui comentando algumas outras perguntas, é fundamental haver algum tipo de processo — e a Alemanha tem isso — de certificação nacional de professores. Eu vejo com bons olhos a ideia de se fazer um



exame nacional de professores, se for um caminho para certificação de professores. Vejo com maus olhos se repetirmos, no exame nacional, o que estamos fazendo de errado nos concursos. Para quem se interessa por pesquisas, a Bernadete Gatti também tem uma pesquisa sobre como os concursos para professores são falhos, que pedem, de novo, para decorar o “versículo 3” da LDB. E não é isso o que temos de fazer.

Com relação ao número de metas, que são 20, Deputado Alex Canziani, eu também acho excessivo. Só lembro que o PNA anterior tinha mais metas ainda. Não é por aí. O Todos pela Educação tem 5. Eu acho que nós não temos que ter meta sobre transporte escolar do meio rural e sobre a educação indígena. Devemos ter poucas metas, focar nelas. Concordo com os senhores.

Com relação a *charter schools*, há algumas que estão dando muito errado também. Não concordo com a abordagem que diga que escola privada necessariamente dá certo e escola pública necessariamente dá errado. Muito pelo contrário, na escola pública, um dos motivos pelos quais temos problemas é que não fazemos prova de entrada. Tirando as federais, que têm exame para entrada, a escola pública municipal e a estadual normal, convencional, não fazem prova de entrada, graças a Deus. Então, eu não sei se estávamos fazendo errado.

Agora, não tenho nada contra que se teste se funcionam, até por que já temos um tipo de *charter school*. A creche conveniada é um tipo de *charter school*. Dá certo e dá errado. Algumas dão muito errado, outras dão muito certo, e outras dão mais ou menos certo. O que nós temos é que ter uma especificação clara do que se quer e eventualmente considerar essa hipótese, mas não acho que seja a panacéia para os problemas da educação. Só não sou contra testá-las, porque acho que vale a pena.

No último comentário, já que ouvi os meus dois antecessores ousarem, dizerem o que pensam, eu vou dizer uma coisa que não foi tocada aqui: onde deveria estar o ensino superior? Se, de fato, temos um problema com a universidade, precisaríamos olhar com mais atenção para o que alguns Estados estão fazendo. As universidades estão no MEC — eu sei que é uma questão muito polêmica —, mas eu não vejo por que as universidades não ficam no Ministério da Ciência e Tecnologia, aqui considerando as ciências humanas como ciência, sim. Eu



acho que teríamos um sistema muito mais rico para a responder à questão da Deputada Professora Dorinha. O MEC, de acordo com as sugestões do Claudio de Moura Castro, poderia estabelecer regras gerais, programas que transferissem dinheiro.

Fiquei confusa no começo sobre o que era o Plano Marshall, mas, dentro da lógica ele, vamos nos basear nessa ideia de que haja um currículo nacional de educação básica, de que o MEC se concentre na educação básica e de que as universidades possam ir para o Ministério da Ciência e Tecnologia. Não estou me referindo a determinado Ministro. Como a Deputada Professora Dorinha, estou explorando um modelo conceitual. Eu acredito que as universidades, como já ocorre em alguns Estados, deveriam estar junto com a ciência e tecnologia.

É indefensável que tenhamos um número de patentes tão baixas, que tenhamos condições de ter o Projeto Genoma, que tem uma série de coisas, mas não conseguimos transformar isso num número de patentes importantes. eu gostei da ideia. É necessário ligar a educação a um projeto de Brasil. É isso que temos que ter.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O Sr. Claudio e o Prof. João Batista querem complementar.

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Dois pontos: entre as dez melhores escolas de segundo grau do Brasil, as dez escolas médias, uma delas é a *charter school*. Não é exatamente o que estamos pensando. É a escola da EMBRAER, que foi terceirizada para o Pitágoras, ou seja, tem uma experiência absolutamente vencedora. Por acaso, esse é o dinheiro da EMBRAER, mas podia ser o do Estado.

Voltando ao sistema dual, a essa tradição de aprender no local de trabalho, digo que isso também funciona para professores na Alemanha. Adquire-se muita experiência. São 2 anos ensinando sob a supervisão de um mestre professor, que está na escola e com quem o aluno está trabalhando.

Eu passei uma semana em Stanford para ver o departamento de educação e de formação de professores, um dos melhores dos Estados Unidos. Surpresa: ele é igualzinho ao sistema alemão. De bacharéis, eles passam a professores. Metade do tempo passam dentro de uma escola da região de Oakland, que funciona como



residência. Eles ficam ali, todos os dias, sob a supervisão de um professor da escola — na sala do professor — e também sob a supervisão de um professor de Pedagogia da Universidade de Stanford. É uma maravilha!

**O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA** - Eu só gostaria de comentar a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu não tenho a mínima ideia do que pode ou deve constar numa lei como essa. Eu acho que, em relação a algumas questões, eu gostaria de provocá-los.

Uma delas é a seguinte: a minha opção pessoal é pelo futuro, não pelo passado. Nós temos um grande problema no Brasil em termos de políticas públicas: penalizar quem não vota — a criança. Então, é o professor, o aposentado, é isso, aquilo, e a favor da criança ninguém vota.

Nós temos um problema de transferência intergeracional muito negativo. Por exemplo, no que se refere à repetência escolar, penaliza-se a pessoa da idade certa, porque se está tirando dinheiro dela. Em vez de dividir o FUNDEP por 10, eu o divido por 15. Então, nós temos políticas que favorecem os mais velhos e penalizam fortemente os mais novos, que são o futuro do Brasil.

Então, falando em nome desses que não votam, eu quero apresentar algumas sugestões para uma lei de responsabilidade educacional. Elas estão misturadas, não estão ordenadas em parágrafos, alíneas e capítulos.

Uma delas é sobre o atendimento. Até que se defina a questão relativa a duas redes, o promotor tem que saber que o primeiro responsável é o Município, senão haverá confusão, e nunca conseguiremos avançar — vai-se ao Estado, ao Município, etc. É uma questão importante saber quem é o primeiro responsável. A LDB permite isso, e talvez nós avancemos mais.

O segundo se refere à questão do dinheiro bom e do dinheiro ruim em gestão. Gestão não é apenas um gestor bom, mas regras de gestão. São regras boas e outras ruins. Então, o que acontece na gestão hoje? A exemplo do Maranhão, 100% do dinheiro serve para pagar pessoal. Isso é inviável. Se botarmos mais dinheiro, ele servirá para isso. Então, deve haver regras. Só poderão ser gastos 70% com pessoal; destes, só 50% com professor. Se for gasto mais do que isso, não haverá 10% para investimento, 10% para custeio e 10% para operação.



Então, uma lei de responsabilidade fiscal deve fazer isso. Qualquer proposta de aumento salarial ou de outra coisa tem que ser barrada por essa lei. Fora disso, não há como jogar mais dinheiro nesse sistema. Além disso, deve-se prever o impacto na folha do inativo, porque isso vai sair de algum lugar, e o Prefeito tem que fechar a conta. *“Isso vai causar impacto?” “Vai.”* Logo, deve-se prever isso tudo. Lei de responsabilidade fiscal, a meu ver, deveria mexer com isso.

No caso do ensino médio, a lei poderia fazer previsão baseada no decreto do Sistema S, que é corresponsável com o Estado pela implementação da formação profissional do ensino médio. Eventualmente, também se pode abrir espaço para financiamento alternativo de creches, como mencionou a Secretária, de escolas de nível médio e de outras, em circunstâncias em que isso se justifique.

Portanto, há algumas sugestões.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O último inscrito é o Deputado Eduardo Barbosa. Eu pergunto se os Deputados Osmar Serraglio e Osmar Terra querem fazer alguma indagação. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo, o Deputado Ariosto Holanda deseja fazer uma breve intervenção. Sei que S.Exa. está esperando há muito tempo e eu vou lhe conceder a palavra, olhando para os dois. O Deputado Ariosto está sendo homenageado pela idade — terceira idade tem privilégio.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Ficou uma pergunta minha sem uma resposta concreta. Que proposta vocês dariam, nesse Plano Nacional de Educação, para trabalhar os analfabetos funcionais — aquela população de 15 a 64 anos? Ou o Plano não deve se preocupar com eles? Às vezes eu pergunto, e tem Deputado que já chegou para mim e disse: *“Não. Essa população já passou. Essa geração não tem mais jeito.”*

Por exemplo, o Rio de Janeiro tem uma preocupação com os analfabetos funcionais? O que eu chamo de analfabetos funcionais? Aqueles que não entram no novo mercado de trabalho, que exige conhecimento. Sabem até ler e escrever, mas não sabem para que serve ler e escrever.

Então, existe alguma... Você acha que o Plano deve se preocupar com essa população ou deve se preocupar só com o ensino fundamental, ensino médio,



ensino tecnológico, universidade, creches? E essa população? Como a gente pode trabalhar essa população?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Eu vou falar, Sr. Presidente.

Eu quero também cumprimentar os nossos convidados hoje da nossa Audiência Pública do Plano Nacional de Educação e dizer, primeiro, duas observações, Sr. Presidente. Acho que estes Parlamentares que estão aqui neste grupo — e alguns que já estiveram — são os únicos que escutam todas as vertentes. Infelizmente, aqueles que são de uma única vertente não têm a possibilidade às vezes de ouvir o que foi chamado aqui do contraditório. Eu acho que seria mais salutar que não tivéssemos o contraditório pelo contraditório, mas sim uma condição de formular alguns consensos que poderiam provocar avanços.

Infelizmente, acho que nos frustra nesta lógica do Parlamento, nos níveis em que nós estamos hoje de predominância, às vezes, justamente a gente ter perdido dentro do Congresso Nacional a possibilidade de formular a partir das ideias tão diferentes. Hoje nós estamos muito enquadrados naquilo que já se vem. Podemos fazer aqui algumas emendas para mudar alguma redação, alterar alguma vírgula, mas infelizmente nós não conseguimos, de fato, fazer com que as Comissões sejam grandes formuladoras a partir daquilo que a sociedade nos traz e de que pessoas tão importantes que podem contribuir para um pensamento.

Desta forma, eu vejo que tem um amigo meu que uma vez me disse assim: *“Parece que na educação as pessoas adquirem um chip e repetem esse chip. Todo mundo repete a mesma coisa.”* E nós temos algumas audiências públicas agora que é o mesmo *chip* até então. Então, vocês se diferenciam do *chip* convencional quando realmente trazem reflexões, e nos faria muito melhor se a gente pudesse pensar em cima dos projetos e não só simplesmente estar aqui aprovando algo mais simbolicamente do que realmente construindo.

Há duas outras questões que eu queria comentar. Primeiro, em relação à Educação Especial. É a minha área, viu, Secretária Cláudia Costin? Eu sou Presidente da Federação Nacional das APAEs. Tem 25 anos que eu trabalho nesta área, principalmente voltado ao deficiente intelectual. Então, acompanhei o seu processo todo, inclusive quero cumprimentar pelo reconhecimento, algo que você no início inclusive estava fomentando muito, que lhe fez refletir de forma a criar um



sistema hoje em que as duas alternativas são conviventes. Acho que a sua própria postura, junto às famílias, de dar garantia de escolha trouxe para você uma envergadura de gestão pública e de respeito ao interesse da sociedade, pela qual eu lhe parabeno. Nem todos os gestores, inclusive, têm essa postura de reconhecer que algo teria que ser refletido e se ouvir, de fato, o que as famílias pensam. Então, você está de parabéns. Comungo com as suas ideias.

Nós temos algumas emendas. A questão da meta 4 eu gostaria que você pudesse avaliar, se tiver tempo, e inclusive opinar sobre elas. Não foram feitas só por mim, mas por uma equipe técnica.

O que eu lamento na Educação Especial é porque, como não é de domínio de todos os educadores, as pessoas falam sobre a Educação Especial sem entender dela. Para outras áreas não é admissível isso. Na Educação Especial, parece que qualquer coisa pode acontecer. Inclusive, ela ficou muito mais voltada para o politicamente correto do que entender o que é aprendizado para o deficiente intelectual. Eu acho que a riqueza desta Mesa foi dar justamente a ênfase na aprendizagem, que o Plano Nacional deixa a desejar, pois as metas são muito quantitativas, definindo o que os outros vão fazer, mas fala-se pouco, realmente, no que desejamos conquistar. O João Batista também se referiu a essa quantidade e o que ela significa realmente de impacto para a sociedade.

Agora eu tenho duas perguntas bem objetivas. Primeiro, é que, em relação ao aluno com deficiência, eles são excluídos de qualquer processo de avaliação. Os gestores que vieram aqui, quando falam de avaliação — e eles falam do significado de melhorias —, nós percebemos que não são incluídos, às vezes, os alunos com deficiência, porque esses indicadores seriam muito piores se eles também estivessem no processo de avaliação. Então, não se discute a avaliação que deve ser feita para esses que têm um comprometimento cognitivo, principalmente. Inclusive, isso ocorre no mundo inteiro. O PISA também, em outros países, exclui as pessoas com deficiência do processo de avaliação.

Então, você vê que, como politicamente correto, é injusto, porque para eles não é preciso atingir qualidade. Oferecendo o locus e o espaço, está garantido o processo, o que é uma mentira. Por isso a inquietude das famílias, porque elas veem as pessoas inseridas sem nenhum processo de desenvolvimento.



A outra questão que eu gostaria de colocar diz respeito à autonomia das gestões públicas municipais e estaduais. Por exemplo, o João Batista colocou muita ênfase na questão do Pacto Federativo, e que é complexa mesmo, porque essa discussão já vem se arrastando há mais dez anos, e a coisa não muda. No entanto, no que se refere à educação básica, nós sabemos que os Municípios e Estados têm autonomia de organização desse sistema. Ou não têm? Essa é a minha dúvida. Quando eu vejo a gestora Cláudia Costin falando, ela fala com essa posição de organizar um sistema e define, inclusive, algumas diretrizes que ela entende serem fundamentais para as escolas que ela gerencia e é responsável.

Temos uma timidez dos gestores públicos em relação a essa organização do sistema, dependendo do Ministério da Educação. Muitas vezes — e eu tenho essa experiência na educação especial —, através de uma resolução, que, às vezes, até fere a legislação, define-se o que tem que ser feito. Se você for analisar a legislação no que se refere à educação especial, não existe em nenhum lugar proibição para o funcionamento da escola especial.

No entanto, por um discurso do politicamente correto, se define, em uma resolução, aquilo que tem que ser reproduzido, e que os gestores municipais absorvem como uma verdade absoluta. Falam, inclusive, que isso ocorre na dependência de um recurso financeiro, que vai ser transferido do Ministério para a gestão pública. Se fosse só por isso, então, haveria uma pobreza muito grande, quando a questão não se coloca.

Eu estou falando da educação especial, mas por que essa autonomia das gestões públicas dos Estados e Municípios não caminha? Porque há essa dependência do Ministério da Educação para a definição de algumas coisas, e todos têm que seguir o mesmo *chip*? Estou errado nisso? Eu gostaria que vocês comentassem.

Dentro da educação básica, que é uma preocupação nossa, do aprendizado, de adquirir algumas habilidades essenciais, existem alguns doutores que ainda defendem a formação daquele professor voltado para a alfabetização. Nós perdemos isso ao longo da história. Qual é a opinião de vocês com relação a isso? Mesmo porque todos os programas de valorização do magistério nos Estados valorizam muito o mestrado, a pós-graduação, até para quem faz alfabetização de 1º





a 4º série, mas esse profissional não sabe lidar com uma criança de 0 a 6 anos, não sabe lidar com uma criança de 7, 8, 9 anos, que tem uma característica peculiar, e a pessoa precisa ter uma vocação diferenciada para lidar com essa fase do desenvolvimento. Nós perdemos, no País, essa condição de formação desses professores voltados para essa questão específica.

Então, eu gostaria que vocês comentassem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu tenho aqui uma pergunta do Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará. Ele pergunta aos nossos convidados a opinião de cada um — se quiserem dar, evidentemente —, sobre a aprovação de 1/3 da jornada de trabalho dos professores para atividades extrassala de aula. Portanto, passo a palavra, para responder aos Deputados Eduardo Barbosa e Chico Lopes, começando pelo professor João Batista.

**O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA** - Serei rápido. Vou começar pela questão da autonomia.

A autonomia que interessa para a Educação é a autonomia da escola. Quer dizer, a dimensão da centralização, descentralização, se é federal, estadual ou municipal, é totalmente irrelevante, se autonomia não chega à escola. Agora, o ser, o ente que está acima da escola tem que ter os instrumentos para poder regular essa autonomia e viabilizar essa autonomia. Quer dizer, eu não posso colocar um bando de professor analfabeto na escola e dar-lhes autonomia para fazerem currículo, que é o que acontece hoje.

Há, então, esse entendimento. Margaret Thatcher, na Inglaterra, centralizou o sistema e deu enorme autonomia para escola, e foi muito melhor. Então, não podemos confundir centralização com autonomia. Agora, a função do ente, seja ele estadual, municipal ou federal, é regular e viabilizar a autonomia. O DNA da escola o que é? O professor que entra lá, é o diretor que entra lá, com a autoridade e o poder que ele tem, é o currículo que ela tem que seguir. Então, isso é que é importante que o sistema faça.

O que nós temos hoje — se me permitem —, na bagunça federativa do Brasil? Uma rede municipal de ensino — a Cláudia é exceção —, que pode ser também um sistema de ensino. Isso é um horror, é o próprio desconhecimento do conceito de sistema.



Tem que haver regulações, que são próprias do nível federal, muito gerais, regulações que sejam próprias do nível estadual, para si, para o setor privado e para os Municípios, e no setor municipal, muito mais uma operação que vai viabilizar aquelas questões. Não podemos esperar que haja muito poder regulatório nos Municípios, que é o que nós temos hoje, e é indevido. No Brasil, o Município, pela nossa Constituição, virou um constituidor da Federação. Isso é uma aberração a ser corrigida aí, eventualmente.

Então, eu acho que a questão central é essa, sim, e ela tem que avançar. Agora, por que os entes têm poder? Os entes têm poder porque têm dinheiro. Acaba com aquilo de o MEC dar dinheiro direto para a escola. Acabou o poder do MEC na escola. Se acabar a quantidade de dinheiro para o Município, acabou. Então, se se regular as transfências e colocar o MEC dando só incentivos competitivos etc. e tal, vai-se mudar essa equação rapidamente. Então, gestão é isso. E é por isso que eu falo que não adianta colocar mais dinheiro nesse sistema sem mudar as regras de boa governança. Elas é que vão permitir um gestor probo de viabilizá-las.

A segunda questão do Deputado, que já foi respondida em parte: se você pegar o Instituto Montenegro, que faz estudos nas ruas, perguntando às pessoas se elas entendem o jornal, só 33% dos brasileiros fazem isso — um adulto que anda na rua. Então, nós estamos falando de um contingente de 67%.

Eu prefiro cuidar da criança. Vamos cuidar do que tem aí, do futuro, vamos dar chance para essas pessoas trabalharem, e tal, vamos mobilizar o terceiro setor para cuidar disso, mas, se o Governo pudesse fazer bem e garantir o futuro da criança, já seria, sim, excepcional para os pais.

**O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA** - Vamos aumentar o Bolsa Família, não é?

**O SR. JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA** - Pois é.

Vamos à pergunta da alfabetização. Quer dizer, o professor de criança de 0 a 6 anos, o educador, ele tem que saber muito sobre alfabetização. Ele não tem que alfabetizar, mas ele tem que saber muito, sobretudo de leitura para criança, de como é que aproxima a criança disso que a professora Cláudia falou, do mundo letrado, etc., então, ele tem que saber muito.



Infelizmente, no Brasil, nós já escolarizamos o menino na pré-escola. Enfim, mas é o Brasil. Ele tem que já preparar a pré-alfabetização. Ele tem que entender várias coisas técnicas de alfabetização. E, no sistema educacional, no meu modo de ver, a alfabetização deveria ser de competência específica do professor da 1º série, como é na escola privada e sempre foi. Menino de seis anos se alfabetiza e segue a vida. Esse professor, claramente, tem que ter uma competência técnica, não é vocação, não é dom. Ele tem que ter a competência técnica de fazer isso.

Agora, sempre vai escapar, em qualquer país, o menino que não se alfabetizou direito. Então, o professor de 2º ano e de 3º ano tem que ter boas noções de alfabetização, conhecer muito bem a questão de fluência de leitura, para poder pegar e levar esse menino adiante. Então, é fundamental, sim, que haja uma competência, cobrada do professor do 1º ano e uma competência difusa dos outros, e isso é muito importante. O Brasil abandonou isso porque abandonou a alfabetização. É isso o que leva a esses resultados do IDEB. Se não alfabetiza bem no primeiro ano, depois é muito mais difícil.

A última pergunta é de um Deputado que não está aqui. Ele não está aqui, então depois a gente conversa com ele.

**O SR. CLAUDIO DE MOURA CASTRO** - Tenho uns palpitezinhos aqui, começando com o Ariosto.

O analfabeto funcional eu dividiria em duas categorias. O analfabeto funcional que trabalha e tem menos do que 30 ou 40 anos — esse é um pouco naquela linha que eu sugeri —, no local de trabalho ou relacionado com o local de trabalho, no assunto do trabalho, funciona e é uma maravilha. Existe uma experiência boa, pequena no Brasil e relativamente grande fora.

Em relação ao analfabeto desempregado, sobretudo quando tem mais de 30 ou 40 anos, a Europa tem muita experiência, sobretudo na década de 70, quando houve aquele surto de desemprego. A experiência é muito ruim. É muito difícil e muito caro. Falta contexto, e as atitudes tendem a ser muito negativas, prejudicando qualquer coisa que se possa tentar.

Portanto, concordo com o João. Para esse perfil... Vamos concentrar na meninada, vamos concentrar em quem está trabalhando e que tem uma idade em que se possa beneficiar rapidamente da educação.



Avaliação. Quando eu estava na CAPES... É muito bom... *(Risos.)* Quando eu estava na CAPES e começamos a estruturar a avaliação, aquele pessoal dos Estados mais pobres vinha e dizia: *“Mas professor, o senhor vai avaliar os Estados mais pobres com os mesmos critérios que vai usar para avaliar São Paulo e Rio de Janeiro?”* E a minha resposta era sempre a mesma: *“Olhe, o médico só tem um termômetro, mesmo para as pessoas que estão com muita febre, que são pobres coitadas e que estão quase morrendo”*.

Nós temos que ter um termômetro só. O que você faz? O resultado, o diagnóstico a partir do que o termômetro diz e a terapia a partir do que o termômetro diz é que vão ser diferentes, mas, se você não tiver um termômetro só, você faz um voo cego, você vai ficar perdido.

Quanto à questão do professor, eu não tenho um número muito seguro, mas a minha impressão é a de que os professores aprendem a alfabetizar de doutores que nunca alfabetizaram, e a receita a gente já sabe onde leva.

O outro, sobre a jornada, eu não conheço o bastante para dizer alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O Chico Lopes é do PCdoB, é sabido.

**A SRA. CLÁUDIA COSTIN** - Vou começar a falar sobre a questão do analfabeto funcional.

Eu concordo com o que o Cláudio disse com uma qualificação. Nós fizemos uma opção — naturalmente, com uma rede municipal de ensino — pelas crianças, preferencialmente, mas tenho um comentário importante. Nós constatamos que, se na EJA, que é a nossa área de responsabilidade, nós priorizarmos os pais dos alunos, que são jovens, o resultado é fantástico.

Eu não consigo cobrir com recursos do Programa de Educação de Jovens e Adultos todos os analfabetos funcionais e todos os analfabetos absolutos, mas eu consigo fazer isso com os pais dos meus alunos, que têm, na maioria das vezes, uma escolaridade mais baixa do que a de seus filhos. A sinergia é incrível, incrível! É o contexto: o pai está muito motivado porque está vendo seu filho num processo de aprendizado, e funciona muito bem. Então, nós passamos a ter foco no PEJA, e o foco é o pai do aluno. Nós criamos um programa, que se chama Sou Pai, Sou Aluno e que funciona muito bem.



Com relação à avaliação, adorei o exemplo do termômetro. É o exemplo que eu sempre dou. Aliás, há um comentário importante: muitas vezes, e aí não tem a ver com criança com deficiência, em geral se fala assim: *Ah, vão colocar placa na porta. Não sabem, meus alunos vêm de famílias desestruturadas. Aí vão culpar a escola. Os meus alunos, coitados!* A pior coisa que pode haver no processo educacional é tratar o aluno como coitadinho. A gente tem que emancipar e, portanto, exigir, fazer com que se desenvolva e não rebaixar, dizer: *Olha, ele não tem condições de aprender porque, coitado, ele é pobre ou tem deficiências.*

Então, a ideia do termômetro, a metáfora do termômetro é bastante interessante. Porém, evidentemente que com criança com deficiência você tem que fazer uma avaliação adaptada. Uma criança cega demanda uma avaliação em braile. As nossas provas bimestrais, hoje, a gente consegue adaptar tanto para as crianças com deficiência visual como para as crianças com deficiência auditiva, as crianças surdas, que muitas vezes não se beneficiam das explicações que o aplicador da prova pode dar, quanto para crianças com deficiência intelectual, em que, sim, muitas vezes a prova tem que ser adaptada cobrindo os mesmos assuntos e da forma que tem que ser. Nas provas nacionais isso infelizmente não acontece, mas nas nossas provas bimestrais a gente vem adaptando.

Agradeço pelo comentário elogioso, Deputado Eduardo Barbosa. De fato, nós começamos tentando seguir a regra que tinha sido dada na resolução, quando a gente constatou que corríamos o risco de, em vez de ajudar essas crianças, trazer um prejuízo grande. Então, agora nós chegamos a um saudável meio termo e que funciona bem, e é o que está estabelecido na Convenção de Salamanca, é o que está estabelecido: a voz das crianças são os seus pais.

Com relação ao comentário, permita-me agora só comentar uma frasezinha, que mal-entendida pode trazer alguns riscos, dita pelo João Batista: gestão não são regras, pelo amor de Deus; gestão é um espaço de decisão. Isso vale para o setor público, para o setor privado, para o terceiro setor. É fundamental haver regras, mas a regra sozinha não gerencia nada. Então, é fundamental haver bons gestores, seja nas escolas, seja nas redes municipais, estaduais, pessoas que vão estruturar um sistema, sim, organizar um sistema. Há que haver uma certa autonomia para a organização desse sistema dentro das regras estabelecidas. Eu sei que não foi isso



o que você quis dizer, mas é importante, eu acho, que fique claro. Só estabelecer regras não vai resolver o nosso problema de gestão.

Com relação à alfabetização, dada a situação de que nós temos professores reais e concretos que passaram por um processo de formação inicial com problemas, a formação continuada é decisiva na alfabetização. Quando a gente constatou, detectou 28 mil analfabetos funcionais no quarto, quinto e sexto, a gente fez duas ações ao mesmo tempo. Uma primeira, eu já falei, foi realfabetizar. Outra, simultânea a essa, é investir brutalmente na alfabetização inicial. Então, nós montamos uma capacitação de oito semanas para professores alfabetizadores. Todos os professores alfabetizadores passaram por um processo de capacitação, as escolas inicialmente, pois os próprios professores puderam escolher metodologias ou filosofias de alfabetização que queria aplicar, porque o importante para nós não é tirar a autonomia do professor de como é que ele vai alfabetizar, o resultado é que me interessa.

A gente passou a avaliar no meio do ano e no final do primeiro ano. Eu concordo com o João Batista, a criança tem que ser alfabetizada no primeiro ano. Não adianta falar: *Olha, uma criança da escola pública é pobre. A escola privada alfabetiza crianças cujos pais leem jornal, livros, é irreal alfabetizar no primeiro ano.* No entanto, se a gente acredita que a escola pública é um espaço de criação de oportunidade, nós temos que ser melhores do que a escola privada no seguinte sentido: o *apartheid* educacional no segundo ano já é pior do que no primeiro, e no terceiro é pior. Se a gente não alfabetizar logo no primeiro, nós estaremos mentindo ao dizer que a escola pública é um espaço de oportunidade, porque essa criança já sai perdendo mais ainda do que se nós a alfabetizarmos no primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dra. Cláudia Costin.

Eu quero encerrar esta audiência pública agradecendo ao Professor João Batista, ao Sr. Cláudio Moura Castro, à Professora Cláudia, por terem aceito esse convite formulado há cerca de 60 dias, através da aprovação de um requerimento do Deputado Rogério Marinho e do Deputado Lelo Coimbra, que tenham comparecido.

Ao aceitar ser Presidente desta Comissão, eu atendi a um apelo do meu partido, que desejava que esse plano tivesse um contraditório. Isso ficou muito claro



para o partido, porque este plano chegou a esta Casa no dia 22 de dezembro, sem nenhuma solenidade explícita no Palácio do Planalto, como era comum, e por lei ordinária, quando se propõe alterar a competência de Estados e Municípios, e isso, naturalmente, levaria o plano a chegar a esta Casa por lei complementar, e veio por uma lei ordinária.

Então, percebemos que havia um espaço para a discussão do plano, para o estabelecimento do contraditório. Eu rapidamente, como Presidente da Comissão, compreendi que a partir daí o meu trabalho participaria muito pouco dos debates. Seria fazer com que esse plano saísse da Câmara, e torcer para que isso acontecesse também no Senado, melhor do que entrou. Ele era um instrumento de um Governo legítimo que havia decidido fazer a mudança da educação brasileira através de um plano.

Eu tenho me esforçado de uma forma muito consciente. Aliás, subscrevi um artigo, que vocês escreveram, defendendo o plano, porque, na maioria das vezes, eu concordo muito com as ideias que aqui foram expostas, mas defendo um plano como um instrumento legítimo da sociedade e que esta Casa, repito, tem a obrigação de fazê-lo melhor.

Eu não posso deixar de registrar algumas ausências muito sentidas neste debate. Eu acho que não se constrói fugindo ao debate; constrói-se participando do debate, do contraditório com respeito, sem paixões, mas, acima de tudo, aceitando que esse plano é tão importante para o País que ele não pode ser objeto de uma classe, de um partido e de um segmento, até porque durante os seus 2 anos de discussão nenhum Deputado da Comissão de Educação foi chamado a discutir esse plano, que não fosse daqueles que hoje querem que esse plano seja aprovado o mais rápido possível sem discussão.

Portanto, sinto-me extremamente, primeiro, tranquilo, com a minha consciência absolutamente tranquila, agradecendo muito aos membros desta Comissão — foram 29 Parlamentares que assinaram o livro de presença — e dizendo o Cláudio, ao João Batista e à Dra. Cláudia Costin: ruim aqueles que ficaram ausentes, eles que perderam uma grande oportunidade de fazer com que este plano saia melhor do que chegou aqui a esta Casa. Portanto, estou muito agradecido pela presença e acredito que a partir de agora está aberto para que a



próxima audiência pública prossiga no contraditório e sejam convidadas pessoas que discordem parcial e totalmente daquilo que aqui for exposto. Defenderei, enquanto eu for Presidente, o direito de fazermos o contraditório aqui na discussão nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

*(Pausa.)*